

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2021 | 2022



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2021-2022

Em ficheiros anexos são disponibilizados os dados estatísticos e os valores subjacentes aos gráficos.



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2022 • www.bportugal.pt

Índice

Editorial | **5**

I Enquadramento internacional | **7**

1 Desenvolvimentos recentes e perspetivas | **9**

2 Países de Língua Portuguesa | **13**

Caixa 1 • Efeitos da inflação nos PALOP e em Timor-Leste | **15**

II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste | **17**

1 Angola | **19**

2 Cabo Verde | **25**

3 Guiné-Bissau | **31**

4 Moçambique | **37**

5 São Tomé e Príncipe | **43**

6 Timor-Leste | **49**

III Relações económicas e financeiras | **55**

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | **57**

Editorial

A divulgação de informação comparável e consistente é um dos objetivos fundamentais da *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste*. Esta publicação do Banco de Portugal pretende contribuir para o aumento do conhecimento da realidade económica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, de especial relevância para a sociedade e a economia portuguesas.

Tal como as anteriores, a presente 29.ª edição orienta-se para a caracterização da conjuntura macroeconómica destes países, com base num conjunto alargado de dados estatísticos e numa grelha analítica de referência, que releva a evolução internacional global e os desenvolvimentos observados nas relações económicas e financeiras bilaterais com Portugal.

A análise centra-se na recuperação económica de 2021, após o impacto da pandemia de COVID-19, e, com base nos dados disponíveis, na evolução e perspetivas para 2022, num quadro de elevada incerteza, marcado pelas consequências da guerra na Ucrânia e da inflação. Apresenta-se sobre esta última um destaque, numa tentativa de identificar sumariamente os principais efeitos do crescimento dos preços internacionais de matérias-primas e de bens alimentares nas economias em foco.

A elaboração desta publicação contou, como habitualmente, com o contributo imprescindível de diversas entidades¹, merecendo reconhecimento e agradecimento especial a colaboração dos parceiros homólogos do Banco de Portugal, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, assim como a Direção Nacional para a Guiné-Bissau do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

Outubro de 2022

1. Os dados estatísticos de base para a elaboração desta edição foram recolhidos essencialmente até ao final de agosto de 2022.



I Enquadramento internacional

1 Desenvolvimentos recentes e perspectivas

As perspectivas para a economia mundial deterioraram-se desde 2021, incorporando os impactos diretos e indiretos da guerra na Ucrânia e o ressurgimento de focos da pandemia de COVID-19 na Ásia, em particular na China, fatores que condicionaram a atividade económica, o comércio internacional e a inflação. Ao longo do ano, a atualização das projeções para o crescimento mundial para 2022 tem apontando para valores sucessivamente inferiores, tanto para as economias avançadas, como para as economias emergentes e em desenvolvimento.

Após uma estimativa de crescimento global de 6,1% em 2021, impulsionado pela progressiva recuperação da situação pandémica e apoiado pelas medidas de política adotadas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava já em julho um abrandamento da **atividade económica** mundial para 3,2% em 2022, a abranger as economias avançadas e as economias emergentes e em desenvolvimento. A revisão das estimativas para 2022 neste último grupo de economias foi mais heterogénea e menos pronunciada do que nas economias avançadas, face a níveis diferenciados de exposição ao comércio internacional, aos fluxos de capitais e aos preços das matérias-primas. Os impactos da pandemia e do atual conflito poderão revelar-se mais duradouros nas economias emergentes e em desenvolvimento, refletindo o espaço mais limitado para as políticas económicas apoiarem o crescimento e a inclusão.

A desaceleração do **comércio internacional** em 2022 (previsão de 4,1%, que compara com um crescimento de 10,1% em 2021) tem sido mais significativa entre as economias emergentes e em desenvolvimento. As quedas na produção em países e regiões afetados por novos surtos pandémicos, a guerra na Ucrânia e o aumento dos custos de transporte marítimo e dos prazos de entrega dos fornecedores (sobretudo até finais de 2021) mantiveram perturbações nas cadeias de abastecimento globais de bens, agravadas pelo alargamento do conjunto de países com restrições às exportações. No respeitante ao comércio de serviços, antecipa-se uma forte recuperação do turismo internacional, face ao ano de 2021.

Durante a fase mais aguda da pandemia tornaram-se patentes alguns desequilíbrios entre a oferta e a procura que, em certos casos, perduram. A retoma da procura global, não acompanhada pela oferta, originou um aumento significativo e generalizado dos preços internacionais das matérias-primas e dos bens alimentares. Este aumento acentuou-se em 2022, após o início da guerra na Ucrânia. Estima-se que a inflação passe de 3,1% para valores em torno de 7% nas economias avançadas, podendo alcançar níveis superiores nas restantes economias, depois de um registo de 5,9% em 2021. A Ucrânia tem um papel relevante no comércio internacional de cereais, enquanto a Rússia releva neste e nos mercados do petróleo, gás e metais. A redução da oferta destes bens estará na origem do aumento substancial dos preços internacionais em 2022, com especial incidência nos preços do petróleo, do gás e das matérias-primas não energéticas. Na sequência do início do conflito, foram atingidos máximos no Índice de Preços Alimentares da Food and Agriculture Organisation (FAO) das Nações Unidas.

Em 2022, as pressões inflacionistas deverão determinar a continuidade dos movimentos de normalização ou reversão da política monetária iniciados em 2021, com vista a reforçar o ancoramento das expectativas, auxiliando o ajustamento das condições de procura às metas de inflação de médio prazo e reduzindo os riscos de transição para regimes de inflação elevada.

Estes desenvolvimentos poderão resultar num agravamento das condições monetárias e de financiamento que, associadas a um aumento da incerteza económica e geopolítica, poderão traduzir-se no aumento da volatilidade e dos *spreads* das taxas de juro. A este propósito refira-se a saída acentuada de capitais das economias emergentes e em desenvolvimento, registada logo após a invasão russa da Ucrânia, com a consequente degradação das condições financeiras para os devedores mais vulneráveis e para os importadores de matérias-primas. Esta evolução terá colocado pressão sobre as moedas dos países onde mais se observaram estas saídas de capitais.

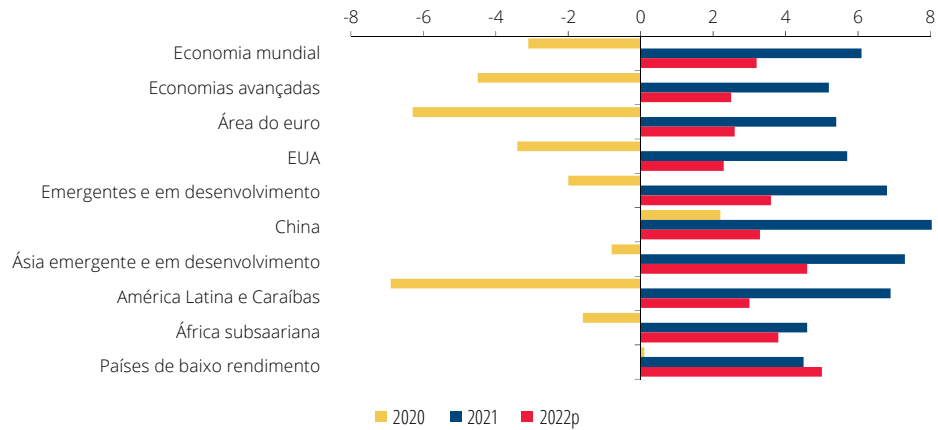
Em 2021, vários países continuaram a recorrer a **políticas orçamentais** expansionistas para fazer face à situação de pandemia. Com níveis da dívida pública historicamente elevados, a margem para acomodar os impactos da guerra sobre as respetivas economias em 2022 é, em diversos casos, bastante reduzida. Acresce que o aumento das taxas de juro nas economias avançadas terá um impacto adicional sobre os níveis da dívida pública externa das economias emergentes e em desenvolvimento. Neste quadro, alguns países têm centrado o apoio orçamental nos grupos populacionais afetados pela pandemia, bem como nas famílias de menor rendimento, numa tentativa de mitigação dos impactos das pressões inflacionistas.

Nas economias lusófonas em apreço — **Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste** — o incremento dos preços internacionais das matérias-primas tem-se refletido num aumento da inflação, em 2021 e no primeiro semestre de 2022. O valor das importações de bens alimentares e energia tem aumentado, representando na generalidade dos países em análise, com a exceção de Angola, mais de um terço das respetivas importações de bens. A persistirem, as pressões inflacionistas terão um impacto negativo sobre as condições de vida das populações, afetando também o investimento público, as contas externas e o nível de reservas externas, sobretudo nos países não exportadores de matérias-primas. Em 2021, realçam-se também as perdas causadas pelos fenómenos meteorológicos extremos, como cheias, ciclones e secas, que, de uma maneira ou de outra, afetaram todos países lusófonos, com efeitos prejudiciais sobre a atividade económica e as contas públicas. Ainda assim, as economias lusófonas permanecem focadas na prossecução da agenda de reformas estruturais, na maior parte dos casos com o apoio de programas do FMI, que visam a sustentabilidade da dívida pública e a promoção da diversificação do tecido produtivo.

O atual contexto implica **riscos** significativos descendentes para a atividade e ascendentes para a inflação. O agravamento da guerra na Ucrânia, uma desaceleração mais acentuada da economia chinesa ou o ressurgimento de focos de pandemia poderão determinar novas revisões em baixa do crescimento da economia mundial. O abrandamento do crescimento económico poderá ser mais vincado se a inflação for superior ao projetado. O eventual agravamento das expectativas de inflação para o médio prazo poderá obrigar os bancos centrais a maiores ajustamentos das suas políticas monetárias. Por outro lado, políticas monetárias mais restritivas nas economias avançadas poderão levar a saídas adicionais de capitais das economias emergentes e em desenvolvimento, a depreciações cambiais (com reforço das pressões inflacionistas) e afetar os níveis de dívida externa. As tensões geopolíticas colocam em risco os ganhos da globalização e tornam mais evidente o papel da cooperação internacional em diferentes áreas, das trocas comerciais ao financiamento para o desenvolvimento ou na resposta global às alterações climáticas.

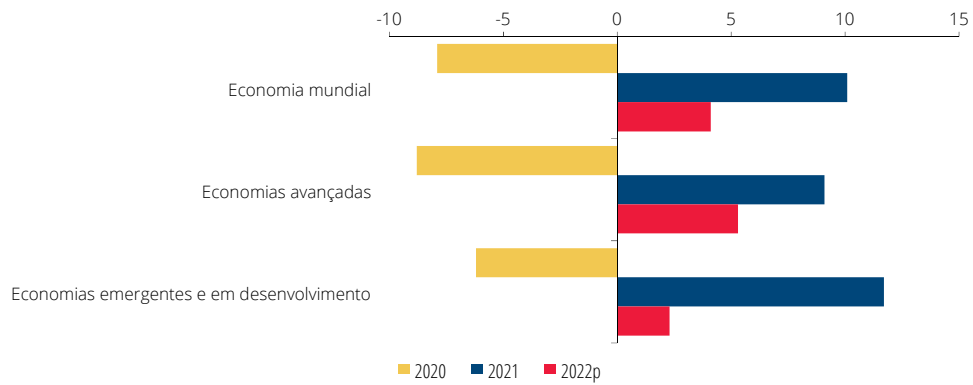
Destacam-se como **desafios globais** a intensificação das reformas estruturais, de aumento da produtividade e da capacidade produtiva, e as políticas de aceleração da transição energética, que, com maiores dividendos a longo prazo, permitirão minorar os custos das alterações climáticas.

Gráfico I.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



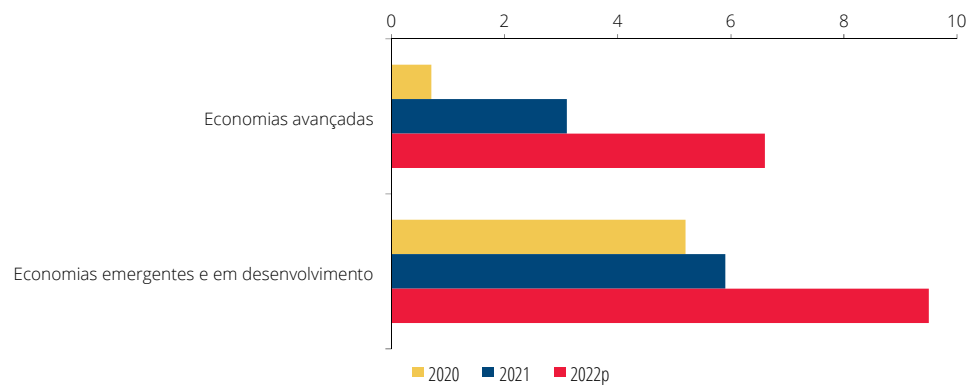
Fonte: FMI, *World Economic Outlook*.

Gráfico I.1.2 • Comércio internacional (exportações e importações de bens e serviços) | Taxas de variação real, em percentagem



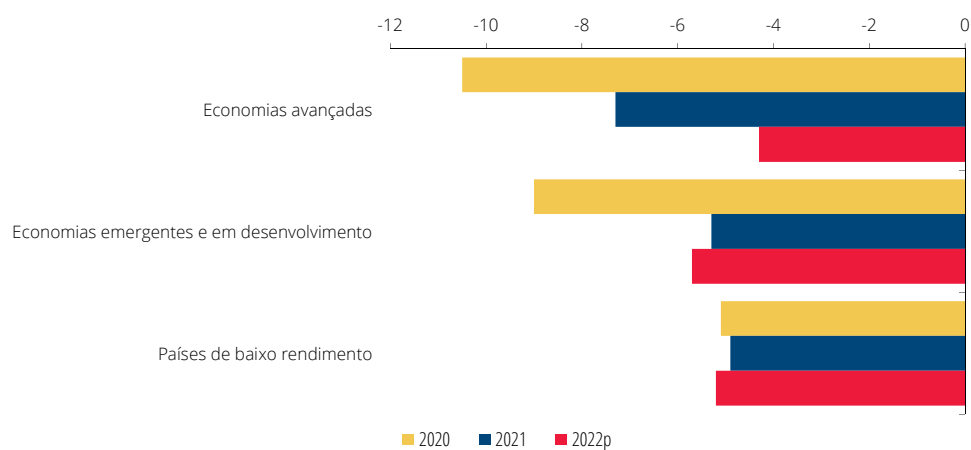
Fonte: FMI, *World Economic Outlook*.

Gráfico I.1.3 • Inflação | Taxas de variação homóloga do IPC, em percentagem



Fonte: FMI, *World Economic Outlook*.

Gráfico I.1.4 • Saldo orçamental | Em percentagem do PIB



Fonte: FMI, *World Economic Outlook*.

2 Países de Língua Portuguesa

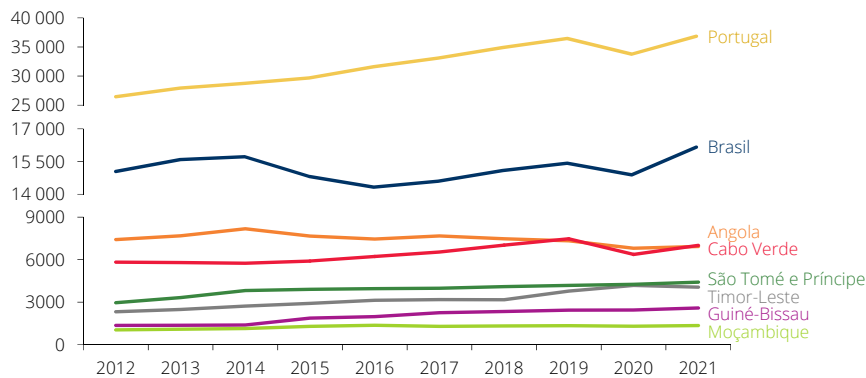
Indicadores socioeconómicos

Quadro I.2.1 • Países de Língua Portuguesa no mundo – uma comparação em várias dimensões



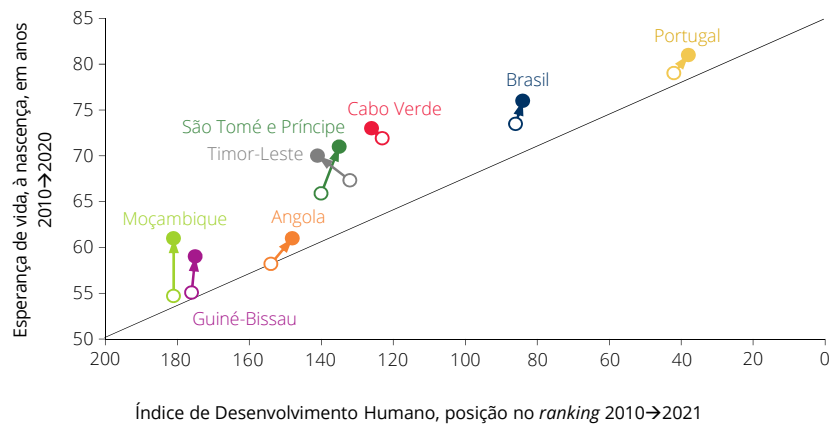
Fontes: Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Central Intelligence Agency (CIA) – World Factbook, Internet World Statistics e Organização Mundial do Comércio | Nota: Inclui exportações intracomunitárias. | Legenda: PLP – Países de Língua Portuguesa, UE – União Europeia, ASEAN – Association of Southeast Asian Nations, SADC – Southern African Development Community, Mercosul – Mercado Comum do Sul.

Gráfico I.2.1 • PIB per capita | USD, em PPP, preços correntes



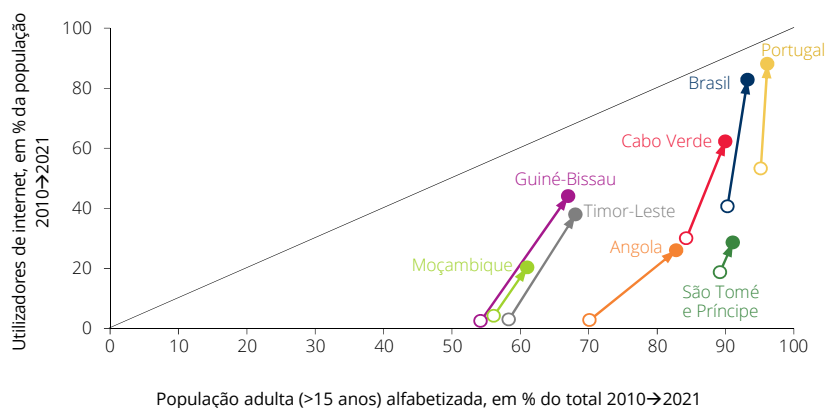
Fonte: Banco Mundial. | Notas: PPP – Paridade do poder de compra. Forma de conversão cambial alternativa às taxas de mercado. Assenta na comparação dos preços em moeda local praticados para o mesmo cabaz de bens representativos em diferentes países.

Gráfico I.2.2 • Esperança de vida vs. Índice de Desenvolvimento Humano



Fontes: Banco Mundial e PNUD. | Nota: Índice de Desenvolvimento Humano (*Human Development Index*): Indicador composto calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que leva em conta a esperança de vida, os níveis de educação e os de rendimento (188 países em 2010; 193 países em 2021).

Gráfico I.2.3 • Utilizadores de internet vs. Literacia

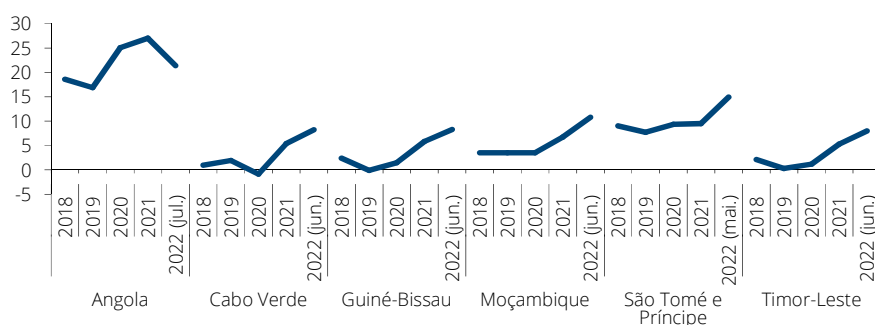


Fontes: Banco Mundial e CIA – *World Factbook*.

Caixa 1 • Efeitos da inflação nos PALOP e em Timor-Leste

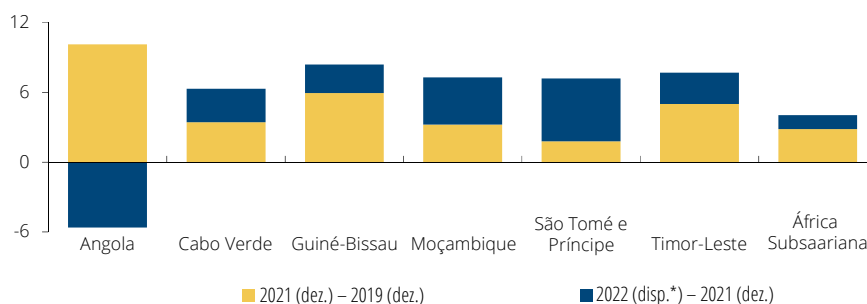
A inflação registou um significativo agravamento face ao período pré-pandemia nos PALOP e Timor-Leste, com exceção de Angola, invertendo a tendência anterior, na maioria dos casos (Gráfico C1.1). O sucessivo acréscimo da taxa de inflação homóloga em 2021 e 2022 naqueles países reflete em grande medida o contributo dos preços dos bens alimentares e energéticos (Gráficos C1.2 e C1.3). O peso destes no valor das importações, em geral, aumentou também face a 2019 (Gráfico C1.4). A persistência das pressões inflacionistas, por seu turno, tenderá a afetar negativamente as contas externas, embora de forma menos pronunciada no caso dos países exportadores de matérias-primas (Gráfico C1.5). O efeito negativo sobre as condições de vida tem levado as autoridades a implementar medidas de mitigação dos impactos do aumento da inflação, com repercussão sobre as contas públicas (Gráfico C1.6).

Gráfico C1.1 • Inflação homóloga, em percentagem



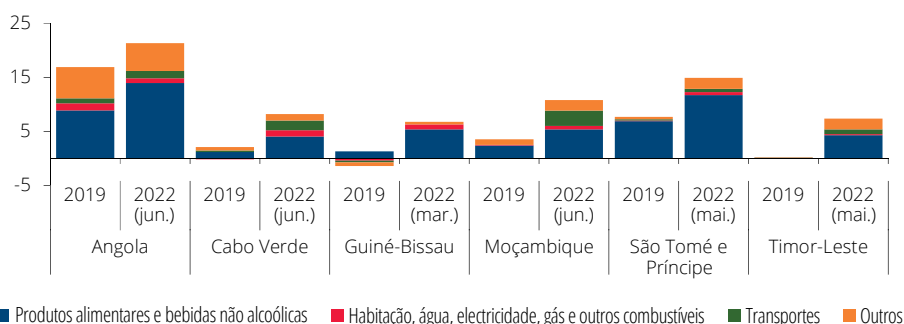
Fontes: Bancos centrais dos PALOP e de Timor-Leste e Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau.

Gráfico C1.2 • Diferença entre taxas de inflação homólogas, em pontos percentuais



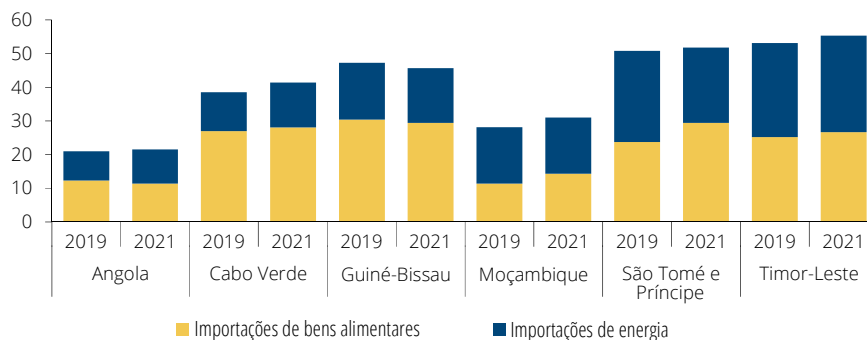
Fontes: Bancos centrais dos PALOP e de Timor-Leste, Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e FMI | Legenda: disp.* – último mês disponível, julho para Angola, maio para São Tomé e Príncipe e junho para os restantes; projeção para África Subsaariana (FMI abril 2022).

Gráfico C1.3 • Contributos para a inflação homóloga, por classes de produtos, em percentagem



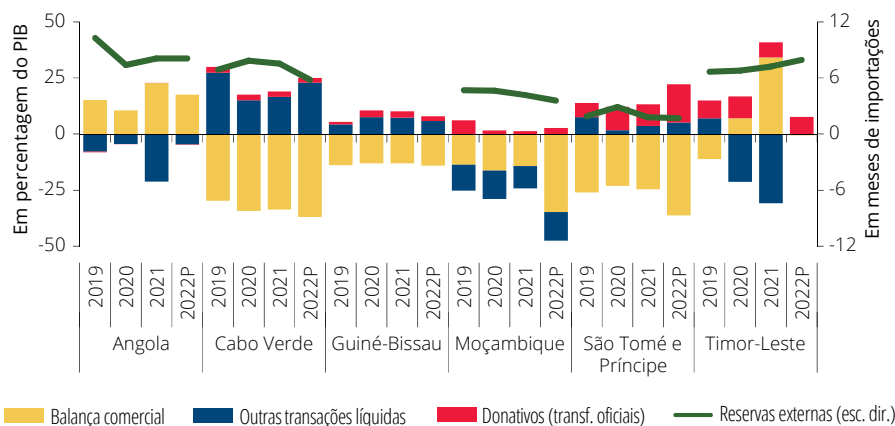
Fontes: Bancos centrais dos PALOP e de Timor-Leste e Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau.

Gráfico C1.4 • Importações de bens, em percentagem do total



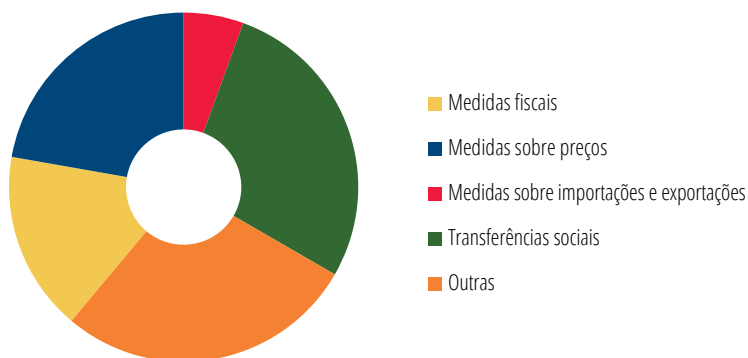
Fontes: Bancos centrais dos PALOP e de Timor-Leste e Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau.

Gráfico C1.5 • Balança corrente, principais rubricas, e reservas externas



Fontes: Bancos centrais dos PALOP e de Timor-Leste e Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau | Nota: a Guiné-Bissau está integrada numa zona monetária, como uma pool única de reservas, não passível de imputação a cada um dos membros.

Gráfico C1.6 • Medidas de mitigação



Fontes: Ministérios dos PALOP e Timor-Leste.

II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

1 Angola 🇦🇴

2 Cabo Verde 🇨🇻

3 Guiné-Bissau 🇬🇼

4 Moçambique 🇲🇴

5 São Tomé e Príncipe 🇸🇹

6 Timor-Leste 🇹🇲



1 Angola

Área 1 246 700 km²

Capital Luanda

População 33,9 milhões (2021; fonte: Nações Unidas)

Moeda Kwanza

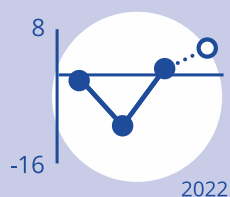
Os desequilíbrios macroeconómicos da economia angolana foram acentuados pela pandemia de COVID-19 e pelo impacto das medidas de controlo. Agravaram-se os níveis de dívida pública e de inflação, numa economia em que predomina o setor petrolífero no produto, nas exportações e nas receitas públicas.

O programa de ajustamento acordado com o FMI, ao abrigo da *Extended Fund Facility* (EFF), que decorreu entre 2018 e 2021, terá contribuído substancialmente para fazer face às fragilidades da economia, tendo sido concluído com uma avaliação globalmente positiva. Destacam-se as reformas do setor financeiro, das finanças públicas e do regime jurídico de recuperação de empresas e de insolvência. Em 2021, as estimativas apontavam para a retoma de um crescimento positivo, tendo-se iniciado uma trajetória descendente da inflação e do peso da dívida pública no PIB.

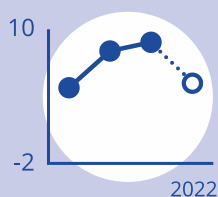
Em 2022, a economia angolana tem apresentado maior resistência aos múltiplos choques induzidos pela guerra na Ucrânia. A apreciação significativa do kwanza ao longo do ano permitiu mitigar o efeito do aumento dos preços internacionais sobre o valor das importações e sobre a inflação. Por outro lado, o aumento dos preços internacionais do petróleo beneficia as receitas públicas e apoia o processo de redução da dívida pública no curto prazo. Numa perspetiva de médio e longo prazo, na medida em que a volatilidade do setor petrolífero pode ter implicações para a estabilidade financeira, exacerbadas pelo processo de descarbonização, o reforço da competitividade do setor não petrolífero será fulcral para o desenvolvimento da economia angolana e para a redução dos níveis de pobreza.

O reforço da eficácia da política monetária constitui um objetivo das autoridades com vista à redução da inflação de forma sustentada. Quanto à política orçamental, a mobilização da receita não petrolífera e a racionalização da despesa, bem como o aumento da transparência na gestão do setor empresarial do Estado e da dívida, serão essenciais para consolidar as finanças públicas e promover o investimento. Na última avaliação do programa, o FMI sublinhou a importância de se prosseguir o plano de reformas estruturais, visando a melhoria da governação, do ambiente de negócios e do investimento privado.

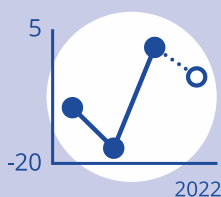
CRESCIMENTO ECONÓMICO
%



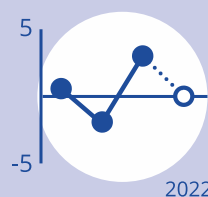
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



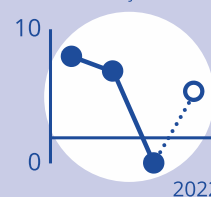
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação %



Após sucessivos anos de recessão, a economia de Angola terá registado um **crescimento** de 0,7% em 2021, o que compara com uma contração de 5,6% no ano anterior. O dinamismo da atividade nos setores não petrolíferos (estimado em 4,8%) terá mais do que compensado a nova redução do valor acrescentado bruto petrolífero (em 11,5%). Na ótica da despesa, todas as rubricas da procura interna terão contribuído para o crescimento do PIB em 2021, com o investimento a apresentar-se como a mais expressiva, tendo crescido 9,4%. A procura externa líquida teve um contributo negativo, com uma queda real de 10,7% nas exportações e uma recuperação das importações (crescimento de 7%). Para 2022, o aumento do produto deverá fixar-se em 2,9%, com os setores petrolífero e não petrolífero a crescerem 1,6% e 3,1%, respetivamente. As autoridades esperam que o reforço da produção de blocos petrolíferos existentes e a perfuração de novos poços superem os blocos cuja atividade se reduzirá ou que este ano atingirão o seu pico, pondo assim fim a um período de reduções anuais da produção e do investimento no setor. O FMI projeta que o PIB angolano continue a acelerar nos próximos anos, trajetória que continuará a depender sobretudo de uma maior dinâmica do setor não petrolífero.

A estabilização do câmbio pelo banco central e a adoção de uma política monetária mais restritiva contribuíram para a redução da **inflação** desde o final de 2020. No entanto, as disrupções nas cadeias de valor globais e as perturbações na oferta de matérias-primas e de bens alimentares determinariam uma aceleração dos preços em 2021, tendo a inflação atingido 27% em termos homólogos no final do ano. Durante o ano, a economia angolana tem demonstrado alguma resiliência ao aumento dos preços internacionais, com a taxa de inflação acumulada até julho a situar-se em 9,4%.

No respeitante à **balança de pagamentos**, a retoma do valor das exportações petrolíferas para níveis pré-pandémicos impulsionou a expansão do excedente da balança corrente em 2021, que se fixou em 10,8% do PIB. As exportações petrolíferas registaram um crescimento anual de 37%, o que será explicado pela subida da cotação do barril nos mercados internacionais (em mais de 70% no mesmo período). Em sentido contrário, de realçar o aumento das saídas de lucros e dividendos de empresas estrangeiras e a retoma do consumo privado que pesou sobre as importações de bens. Ao nível da balança financeira, destacam-se as saídas líquidas de 6,5% do PIB no investimento direto estrangeiro, refletindo sobretudo desinvestimento no setor petrolífero, e, em sentido inverso, a alocação em agosto de 2021 da atribuição geral de direitos de saque especiais em 1,4% do PIB. Estes desenvolvimentos conduziram a um défice externo global de 2,4% do PIB em 2021. Uma vez que o país beneficiou de financiamento concessional excepcional, particularmente do FMI, em 3,8% do PIB, registou-se uma acumulação de reservas de 1,6% do PIB. Em 2022, o aumento previsto dos preços petrolíferos permitirá a manutenção de um excedente na balança corrente, ainda que se espere que as pressões inflacionistas internacionais (particularmente sobre os bens alimentares e outros bens de consumo corrente) e a flexibilização prevista das medidas de limitação às importações venham a determinar um novo aumento dos preços dos produtos importados.

O crescimento das receitas petrolíferas expandiu a disponibilidade de divisas, refletindo-se na apreciação nominal do kwanza. A partir do quarto trimestre de 2021, observou-se uma inversão da trajetória cambial da moeda angolana, tendo fechado 2021 com uma apreciação homóloga face ao USD de 14% e de 36% em maio de 2022. Este comportamento tem contribuído para uma redução do nível de dolarização da economia, com o rácio dos depósitos em moeda estrangeira a fixar-se em 39% em maio de 2022 (uma diminuição de 17 pp desde finais de 2020), o mínimo desde a implementação do regime de câmbio flexível em 2019.

O **saldo orçamental** global atingiu 3,5% do PIB em 2021, num quadro em que a dinâmica das receitas fiscais não petrolíferas permitiu acomodar um volume de investimento público superior ao projetado. Para 2022, o orçamento geral do Estado visava quatro objetivos prioritários: o controlo da pandemia, a prossecução da estabilidade da política orçamental, o apoio ao crescimento e aos rendimentos das

famílias e o estímulo ao investimento público. As autoridades angolanas apontavam para um saldo orçamental global equilibrado, com o aumento significativo das receitas fiscais (para 21,3% do PIB) a suportar o crescimento das despesas sociais (para 19,2% das despesas públicas).

Até 2020, a **dívida pública** apresentou uma trajetória de crescimento vincado (41,3% do PIB em 2014, 128,7% em 2020). O ano de 2021 poderá ter constituído um momento de viragem, com a aposta numa política de redução da dívida pública, a par da menor dependência da economia e das receitas públicas face ao setor petrolífero. A execução orçamental de 2021 apresentou uma queda significativa do rácio da dívida para 82,1% do PIB, para o que terá contribuído a maior estabilidade na taxa de câmbio, bem como o excedente primário. Avançando uma projeção de 78,9% do PIB para 2022, o FMI prevê uma redução progressiva do rácio nos anos seguintes.

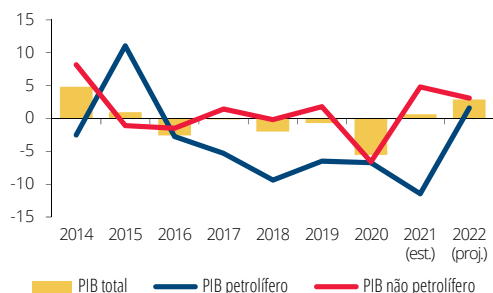
Em 2021, o Banco Nacional de Angola (BNA) adotou uma orientação restritiva da **política monetária** para conter os ímpetus inflacionistas, tendo-se destacado a fixação da taxa diretora em 20%, ponto intermédio das taxas das facilidades permanentes, e da taxa de reservas obrigatórias em 22%. Em sentido inverso, o BNA manteve a diretiva do Programa de Apoio ao Crédito (PAC), que estabelece uma taxa de juro de 7,5% para créditos concedidos a setores-chave para a diversificação económica, os quais serão deduzidos das reservas obrigatórias. A orientação da política monetária manteve-se essencialmente inalterada em 2022, excetuando a redução taxa de reservas obrigatórias em moeda nacional para 19%.

Registam-se progressos na estabilização do **setor bancário**, cuja solvabilidade e rentabilidade têm beneficiado da retoma da atividade económica e da apreciação do kwanza. Depois de, em 2019, terem sido identificadas necessidades de recapitalização de dois bancos, num total de 2,4 mil milhões de USD, em finais de 2021 apenas um não cumpria os requisitos de capital. Contudo, o rácio de crédito em incumprimento permaneceu elevado, tendo-se fixando em 20,3%, sendo que metade dos ativos não produtivos advém de dois bancos públicos com processos de reestruturação em curso. O crédito à economia expandiu 6% em 2021, com o PAC a impulsionar uma maior representatividade dos setores produtivos no balanço dos bancos.

As autoridades mantêm-se comprometidas com o programa de reformas estruturais e de reforço da governação. O programa de assistência financeira do FMI terminou em dezembro de 2021 com uma avaliação positiva, sendo reconhecida a melhoria da estabilidade e sustentabilidade macroeconómica. Em contexto de pós-programa, as autoridades prosseguem a agenda de reformas, destacando-se avanços no programa de privatizações, ao abrigo do qual se privatizaram 91 empresas (das 125 previstas) até julho de 2022; no reforço da previsibilidade e transparência na gestão das finanças públicas, com destaque para a divulgação pública dos custos dos subsídios aos combustíveis; e no enquadramento da política monetária e do sistema financeiro, destacando-se as discussões sobre uma eventual transição para um regime de metas de inflação.

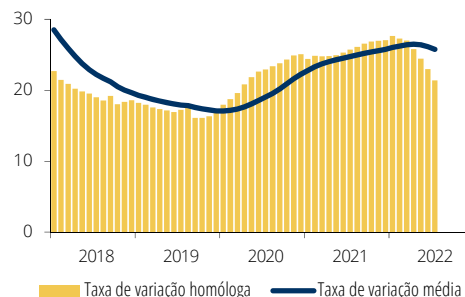
Entre os **desafios** que se colocam ao desenvolvimento sustentável e inclusivo em Angola, destaca-se a diversificação do tecido produtivo e a redução da preponderância do setor petrolífero, que tem exposto a economia às flutuações da procura externa e dos preços internacionais. O esforço de diversificação depende do sucesso das reformas estruturais em curso, nomeadamente do estímulo ao crédito aos setores não petrolíferos, do investimento em infraestruturas essenciais (em particular a rede de água e eletricidade, bem como a ligação ao mercado regional), do desenvolvimento de capital humano e, em geral, da melhoria do ambiente de negócios.

Gráfico II.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



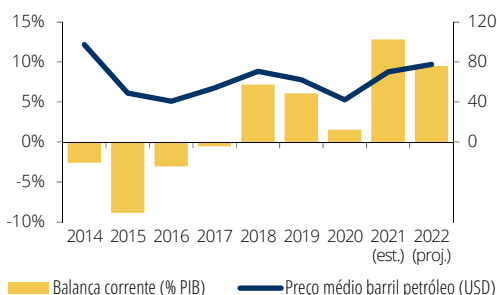
Após uma recessão prolongada, associada em larga medida a variações negativas do VAB no setor petrolífero e significativamente agravada em 2020 pelos efeitos da pandemia, o PIB retomou taxas de variação positivas em 2021.

Gráfico II.1.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



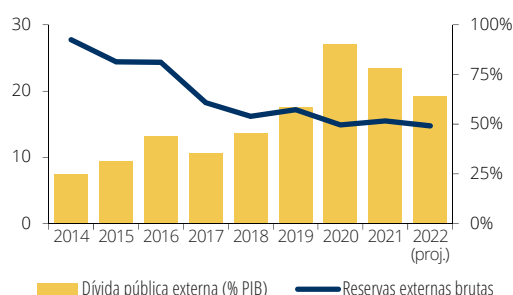
A estabilização do kwanza e a política monetária restritiva contiveram a inflação na primeira metade de 2021. A apreciação da moeda angolana em 2022 tem permitido mitigar o efeito do aumento dos preços internacionais sobre a inflação.

Gráfico II.1.3 • Balança corrente e preço do petróleo | Em percentagem do PIB



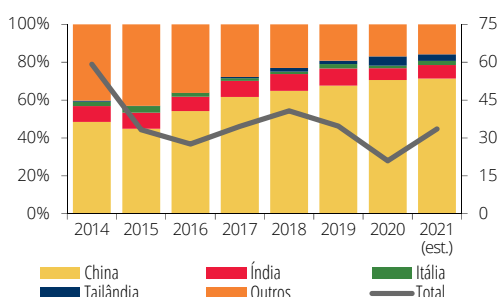
O saldo da balança corrente está diretamente relacionado com a evolução do preço internacional do petróleo. A apreciação do barril a partir de 2021 permitiu a acumulação significativa de excedentes na balança corrente.

Gráfico II.1.4 • Dívida pública externa e reservas externas | Em mil milhões de USD



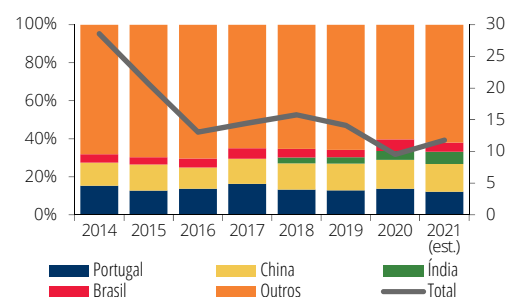
A retoma do crescimento em 2021, a apreciação do kwanza e o crescimento das exportações petrolíferas têm permitido a estabilização da dívida pública externa e das reservas externas.

Gráfico II.1.5 • Exportações de petróleo bruto | Destinos em percentagem, total em mil milhões de USD



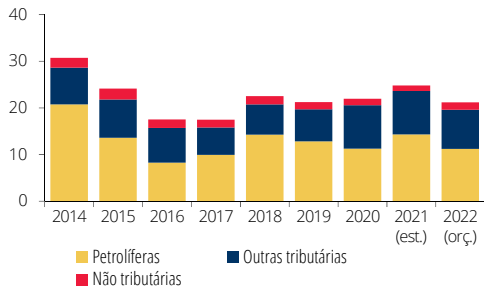
Num contexto de queda de produção petrolífera, o aumento das exportações do setor em 2021 refletiu a apreciação do preço do barril nos mercados internacionais. A China manteve-se como o principal importador de petróleo angolano.

Gráfico II.1.6 • Importações de bens | Origens em percentagem, total em milhões de USD



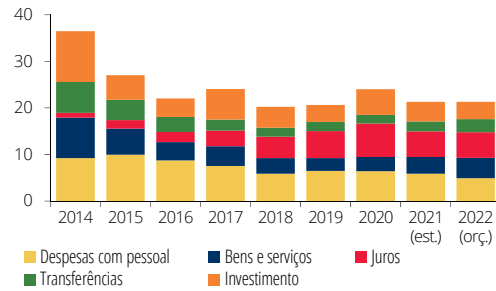
A apreciação do kwanza e a retoma da procura interna induziram uma expansão das importações em 2021, com a China a consolidar a sua posição como principal fornecedor de bens em 2021.

Gráfico II.1.7 • Receitas públicas
| Em percentagem do PIB



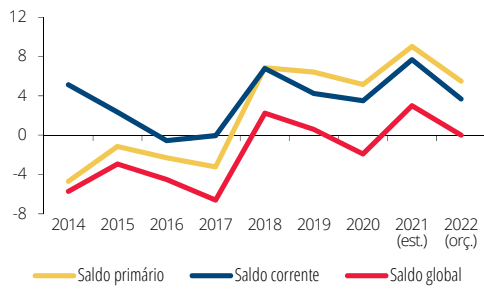
A fragilidade do setor petrolífero tem afetado a receita fiscal. O esforço de diversificação económica e de alargamento da base fiscal tem vindo a refletir-se no crescimento da receita não petrolífera.

Gráfico II.1.8 • Despesas públicas
| Em percentagem do PIB



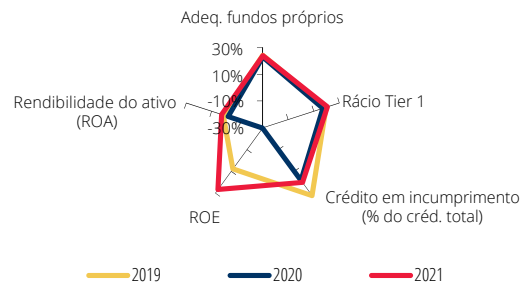
As medidas de consolidação são patentes na contenção da despesa primária em termos de peso no PIB. De notar, contudo, o aumento dos encargos com a dívida.

Gráfico II.1.9 • Saldos orçamentais
| Em percentagem do PIB



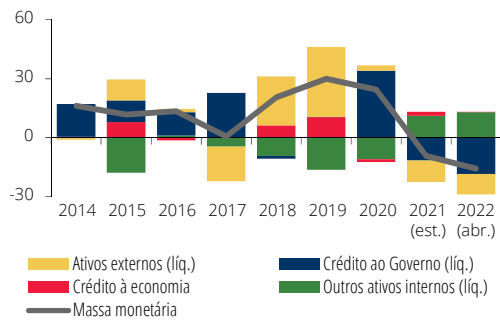
Angola tem registado excedentes orçamentais primários desde 2018, com a evolução dos juros a pressionar o saldo global.

Gráfico II.1.10 • Indicadores de estabilidade financeira



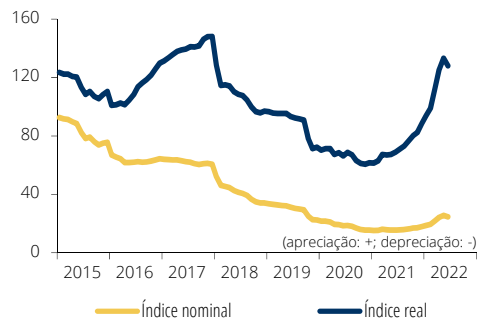
A retoma do crescimento e a apreciação do kwanza beneficiaram a rentabilidade e solvabilidade do setor bancário em 2021. Com metade dos ativos não produtivos concentrados nos dois maiores bancos públicos, o rácio de incumprimento tem registado uma trajetória descendente.

Gráfico II.1.11 • Fatores de variação da liquidez
| Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



A orientação restritiva da política monetária conduziu à contração da massa monetária em 2021, não obstante a salvaguarda do crédito à economia, que registou uma ligeira expansão.

Gráfico II.1.12 • Taxas de câmbio efetivas
| Índices base 100: 2010, médias mensais



A apreciação do kwanza conduziu a uma perda de competitividade externa da economia angolana em 2021, o que representa um risco para a estratégia de substituição de importações por produção nacional.

Quadro II.1.1 • Principais indicadores económicos

		2019	2020	2021		2022	
				Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços							
PIB nominal	mil milhões de EUR	75,6	48,4	53,8	56,9	102,2	-
PIB real	taxa de variação anual	-0,7	-5,6	-0,1	0,7	2,9	-
Setor petrolífero	taxa de variação anual	-6,5	-6,8	-7,0	-11,5	1,6	-
Outros setores	taxa de variação anual	1,8	-6,6	2,3	4,8	3,1	-
PIB <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	7332	6804	-	6925	-	-
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	16,9	25,1	18,7	27,0	18,0	21,4 jul.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	17,1	22,3	-	25,8	22,2	25,7 jul.
Finanças públicas							
Receitas totais	% do PIB	21,2	22,0	18,9	24,8	21,3	-
Receitas petrolíferas	% do PIB	12,8	11,3	9,7	14,3	11,2	-
Despesas totais	% do PIB	20,6	24,0	17,9	21,3	21,3	-
Despesas correntes	% do PIB	17,0	18,5	17,5	17,1	17,6	-
Despesas de investimento	% do PIB	3,7	5,5	0,4	4,2	3,7	-
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	0,6	-2,0	1,0	3,5	0,0	-
Dívida pública externa	% do PIB	58,5	90,4	-	78,4	63,9	-
Moeda e crédito							
Ativos externos líquidos	taxa de variação anual	66,4	4,1	-	-19,1	-	-10,9 abr. ^(b)
Crédito à economia	taxa de variação anual	22,0	-3,1	-	6,0	-	-1,8 abr. ^(b)
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	29,9	24,5	-	-9,3	-	-7,1 abr. ^(b)
Taxas de juro^(c)							
Crédito em moeda nacional ^(d) (180 d)	taxa anual	14,4	19,7	-	18,8	-	23,0 jul.
Depósitos em moeda nacional (180 d)	taxa anual	8,0	10,1	-	10,8	-	9,9 jul.
Depósitos em moeda estrangeira (180 d)	taxa anual	3,9	1,4	-	1,1	-	0,9 jul.
Facilidade permanente de cedência de liquidez	taxa anual	15,5	15,5	-	25,0	-	23,0 jul.
LUIBOR ^(e) <i>overnight</i>	taxa anual	22,5	9,8	-	18,7	-	16,5 jul.
Estabilidade financeira							
Adequação dos fundos próprios ^(f)	%	24,1	22,8	-	23,8	-	-
Incumprimento/crédito total	%	32,4	18,4	-	20,3	-	-
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	7,8	-29,8	-	26,7	-	-
Balança de pagamentos							
Balança comercial	% do PIB	15,2	10,6	15,3	22,0	17,6	-
Balança corrente	% do PIB	6,1	1,6	5,3	12,2	9,5	-
Reservas externas (brutas)	mil milhões de USD	17,2	14,9	-	15,5	-	14,4 mar.
Taxas de câmbio							
EUR/AOA	taxa média	407,9	662,0	-	742,2	-	507,8 jun.
USD/AOA	taxa média	364,8	578,3	-	626,5	-	462,9 jun.
ITCE nominal ^(g)	taxa de variação anual	-33,9	-31,5	-	16,0	-	37,0 jun. ^(b)
ITCE real ^(g)	taxa de variação anual	-25,6	-14,8	-	43,7	-	44,9 jun. ^(b)

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Variação face a dezembro do ano anterior; (c) Médias mensais (dezembro para os valores anuais); (d) Crédito concedido a empresas; (e) Luanda *Interbank Offered Rate* – taxa média ponderada de cedência de liquidez de fundos não garantidos entre as outras instituições financeiras monetárias no mercado monetário interbancário; (f) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (g) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias; (apreciação: +; depreciação: -).



2 Cabo Verde

Área 4033 km²

Capital Praia

População 563 milhares (2021; fonte: INE-CV)

Moeda Escudo cabo-verdiano

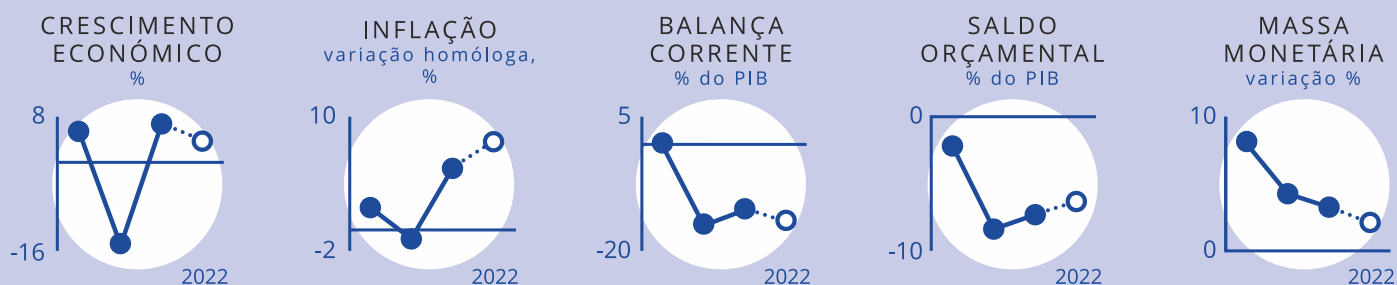
A economia de Cabo Verde registou em 2021 resultados mais positivos do que o esperado, com a recuperação gradual do turismo e a resiliência das remessas de emigrantes a possibilitarem um crescimento de 7% e a melhoria dos défices orçamental e externo, tendências favoráveis que se prolongaram no primeiro trimestre de 2022.

Contudo, a guerra na Ucrânia veio adicionar pressão e riscos à economia cabo-verdiana, com a subida dos preços de combustíveis e produtos alimentares. O impacto desses aumentos é transversal e limita diretamente a capacidade de aquisição de bens e serviços por parte de empresas e famílias.

As projeções para os principais indicadores económicos apontam para um crescimento de 4% em 2022, assente no bom desempenho do setor do turismo. As subidas de preços acarretarão maiores faturas de importações, com reflexo na deterioração da balança corrente e na subsequente erosão das reservas externas. A resposta económica e social à redução do rendimento disponível das famílias aumentará igualmente a pressão sobre a despesa pública, ainda que o crescimento previsto das receitas (sobretudo impostos) possa permitir uma melhoria do saldo orçamental.

O cenário macroeconómico concentra agora riscos pandémicos, com subidas de preços e condições financeiras menos favoráveis na sequência da guerra na Ucrânia, bem como menor capacidade de resposta interna a eventos climatéricos adversos. As autoridades cabo-verdianas destacam, entre os principais desafios, a consolidação orçamental e a reforma do Setor Empresarial do Estado, bem como a implementação de reformas estruturais com vista ao aumento da produtividade e à diversificação da economia.

No sentido de acelerar essas reformas e de potenciar a criação de espaço orçamental para investimentos em setores-chave, as autoridades negociaram um programa com o FMI, no âmbito da *Extended Credit Facility* (ECF), para três anos, com apoio financeiro de cerca de 63 milhões de USD, aprovado em junho de 2022.



Após a forte contração de 2020, fruto do impacto da pandemia de COVID-19, em 2021 o levantamento gradual das condicionantes às deslocações e o avanço do processo de vacinação permitiu a retoma económica em Cabo Verde, com destaque para a recuperação progressiva do setor do turismo. A evolução macroeconómica teve assim contornos positivos naquele ano, com o **produto** a crescer 7%, tendência que se manteve no início de 2022, estimando-se que a atividade económica tenha crescido 16,8% no primeiro trimestre, em termos homólogos. A guerra na Ucrânia veio agravar a escalada de preços e deteriorar as condições financeiras globais, impondo dificuldades acrescidas a uma economia que ainda se debate com impactos da pandemia e com situações climatéricas adversas. Nesse contexto, as autoridades cabo-verdianas projetam um crescimento económico de 4% para o conjunto de 2022.

A subida dos preços das matérias-primas, com destaque para os bens energéticos, impulsionou o aumento dos níveis de **inflação** em Cabo Verde desde fevereiro de 2021. Esta trajetória ascendente acentuou-se com a guerra na Ucrânia, elevando o ritmo de acréscimo dos preços internos para 8,2% e 5,5%, em termos homólogos e médios anuais, no final do primeiro semestre de 2022, níveis que não se registavam desde 2008/2009. Este comportamento reflete-se principalmente na evolução dos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e dos transportes, mas também dos combustíveis (apesar da suspensão do mecanismo automático de atualização dos preços aos consumidores). As expectativas das autoridades apontam para que a inflação se aproxime de 8% no final de 2022.

A recuperação progressiva do turismo ao longo de 2021, mais vincada no último trimestre, e a evolução positiva e persistente das remessas de emigrantes, permitiram uma redução do défice da **balança corrente**, para 11,9% do PIB. Estas tendências mantiveram-se até março de 2022, período em que se registou um excedente na balança corrente de perto de 5 milhões de EUR, que decorreu sobretudo da subida das receitas do turismo, que chegaram a 75% do verificado no período homólogo pré-pandémico, recuperando a estrutura habitual de países de origem (principalmente Reino Unido, Alemanha, França, Bélgica e Países Baixos). As remessas de emigrantes atingiram também novo máximo trimestral (66 milhões de EUR), com crescimento das entradas de Portugal, EUA e França. Contudo, o défice da balança de bens tem aumentado, com a subida dos preços internacionais a refletir-se nas importações, apesar do aumento das exportações (sobretudo reexportações em portos e aeroportos). A dinamização do investimento direto estrangeiro, que quase duplicou em 2021, concorreu também para a acumulação de reservas externas, em cerca de 16 milhões de EUR (mais 24 milhões de EUR nos primeiros três meses de 2022), com o respetivo *stock* a cobrir 7,5 meses das importações de bens e serviços.

O Banco de Cabo Verde (BCV) divulgou, no seu Relatório de Política Monetária de abril, uma previsão para o défice da balança corrente em 2022, antevendo um crescimento para 14,1% do PIB, decorrente da forte subida das importações de bens. As tendências positivas registadas, incluindo a dinâmica positiva do investimento direto do estrangeiro, não deverão impedir a diminuição das reservas externas (em 88 milhões de EUR), que passarão a garantir 5,2 meses das importações de bens e serviços previstas. Subsistirá, contudo, margem para sustentação do regime cambial de *peg* ao euro.

As contas públicas evidenciaram igualmente alguma melhoria em 2021, com o **defíce orçamental** a contrair para 7,3% do PIB (8,8% em 2020), em virtude da reduzida execução do programa de investimento e de alguma contenção em determinadas despesas correntes (particularmente nas aquisições de bens e serviços). Esta evolução manteve-se no primeiro trimestre de 2022, com a execução provisória a apresentar uma redução de quase 50% do défice face ao período homólogo de 2021. A recuperação da atividade económica, incluindo o setor do turismo, e os aumentos de preços têm contribuído para a melhoria da arrecadação de impostos, compensando assim os aumentos das despesas correntes. Em 2021, o financiamento do défice orçamental foi efetuado com recurso

ao endividamento externo e interno, através da colocação de títulos junto do setor bancário e do Instituto Nacional de Previdência Social. A dívida pública total ascendeu a 142% do PIB.

Para 2022, o aumento das receitas (impostos e outras receitas, com destaque para as esperadas com os processos de privatização/concessão) deverá cobrir a pressão sobre as despesas correntes (aumentadas pelas medidas sociais de resposta aos efeitos da guerra na Ucrânia), prevendo-se que o défice orçamental venha a reduzir-se para 6,3% do PIB. Contudo, as necessidades de financiamento, acrescidas pela concessão de empréstimos de retrocessão e pelas amortizações de capital, deverão conduzir a um aumento da dívida pública, para 146% do PIB projetado, com a subida das componentes externa e interna.

O reforço das reservas externas tem contribuído para o crescimento da **massa monetária**, contando com algum dinamismo do crédito ao setor privado em 2021. Em 2022, o crédito à economia tem vindo a registar um abrandamento, com alguma redução do acesso às linhas de crédito garantidas pelo Estado para responder aos efeitos da pandemia. O crédito ao setor público administrativo (SPA), com destaque para o governo central, tem mantido dinâmica em 2022, como resultado da colocação junto do setor bancário de parte das emissões de Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, cujo *stock* continua a aumentar, tendo-se aproximando de um montante equivalente a 26% do PIB no final de maio de 2022.

Os indicadores disponíveis revelam o elevado excesso de liquidez do sistema, apesar do aumento das aplicações em títulos do Tesouro e de alguma redução das reservas excedentárias, tendo-se intensificado também o recurso à facilidade de absorção de liquidez até maio de 2022 (accedida mais frequentemente e com valores máximos a ultrapassarem os registados no ano anterior).

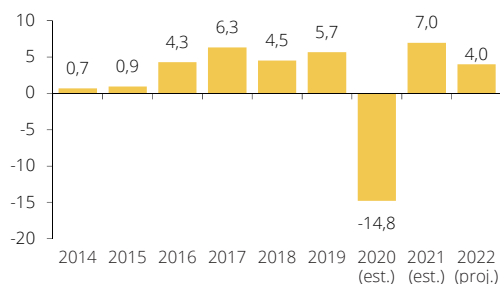
A atividade do **setor bancário** tem continuado a aumentar, a par da melhoria dos rácios de solvabilidade e do crédito em incumprimento, sem prejuízo relevante para a rentabilidade, ainda que se mantenha o regime de moratória aos créditos bancários, novamente estendido, agora até setembro de 2022, mas destinado a um universo mais restrito. Em termos de financiamento, de realçar que o ritmo de constituição de depósitos de emigrantes tem vindo a manter-se em torno de 3,5% em termos homólogos. Destaca-se igualmente a subida contínua e gradual dos montantes das operações de financiamento dos bancos a prazos mais longos (Operações Monetárias de Financiamento, com uma taxa de 0,75%).

Considerando que as pressões inflacionistas existentes resultam, essencialmente, de choques na oferta e que o *stock* de reservas externas deverá continuar a garantir pelo menos 5 meses de importações de bens e serviços, o BCV reiterou o compromisso de prosseguir uma política monetária de cariz acomodatório. Por conseguinte, manteve inalteradas as taxas das facilidades permanentes, bem como a taxa diretora e o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa.

Após a conclusão, em abril de 2021, do programa com o FMI ao abrigo do *Policy Coordination Instrument*, sem assistência financeira, as autoridades cabo-verdianas iniciaram, no final do ano, negociações com aquela instituição tendo em vista a assinatura de um novo programa, com um intuito duplo: aceleração de reformas consideradas imprescindíveis para a modernização e diversificação da economia e criação de espaço orçamental para investimentos em setores-chave. Desenhado no âmbito da ECF, para três anos, o novo programa inclui apoio financeiro de aproximadamente 63 milhões de USD, tendo sido aprovado em junho de 2022.

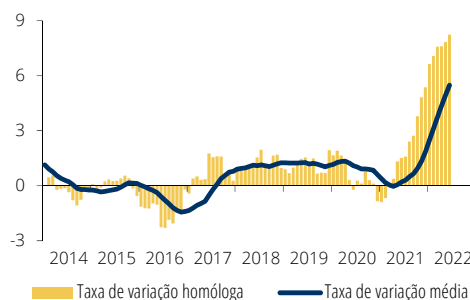
Para além de **riscos** ainda relacionados com a pandemia, o cenário macroeconómico de Cabo Verde poderá ser agravado pelo aumento dos preços de combustíveis e produtos alimentares e por condições financeiras menos favoráveis. Soma-se ainda a vulnerabilidade a condições climáticas adversas, com destaque para a recorrente situação de seca.

Gráfico II.2.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



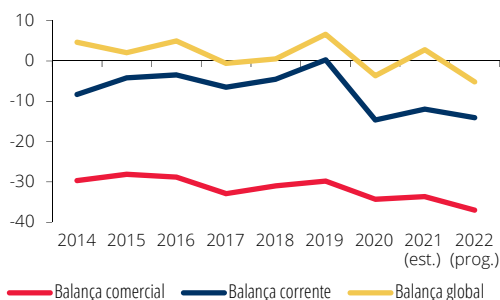
Após um ano de forte contração, a economia cabo-verdiana registou em 2021 uma dinâmica acima da inicialmente prevista, crescendo 7%, fruto da retoma gradual da atividade económica, incluindo a recuperação do setor do turismo.

Gráfico II.2.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



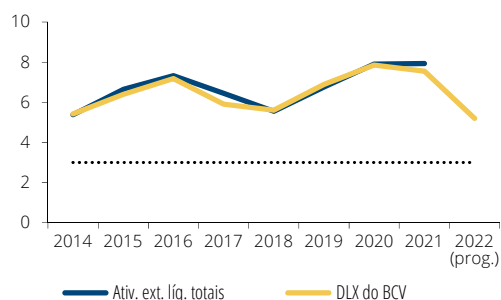
A subida dos preços dos bens energéticos e das matérias-primas conduziu a inflação cabo-verdiana a uma trajetória ascendente em 2021, acentuada com o impacto da guerra na Ucrânia.

Gráfico II.2.3 • Balança de pagamentos | Em percentagem do PIB



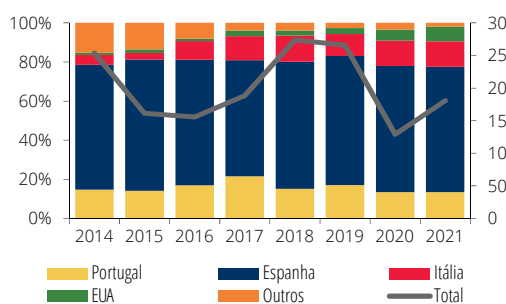
A recuperação da atividade económica ao longo de 2021 permitiu a redução dos desequilíbrios das contas externas, com a reanimação do turismo, a resiliência das remessas de emigrantes e a dinâmica do investimento direto estrangeiro.

Gráfico II.2.4 • Reservas externas | Em meses de importações de bens e serviços



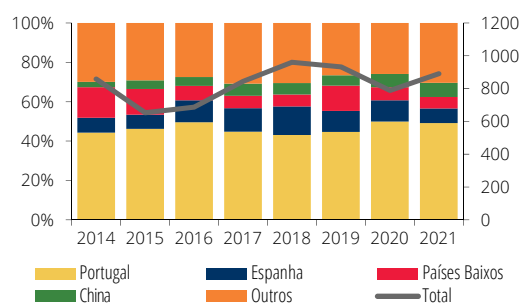
A evolução positiva do saldo das contas externas em 2021 contribuiu para a manutenção de um nível robusto de reservas externas. O aumento das importações em 2022 contribuirá para a redução do stock de reservas e para a diminuição da respetiva cobertura.

Gráfico II.2.5 • Exportações de bens | Destinos em percentagem, total em milhões de USD



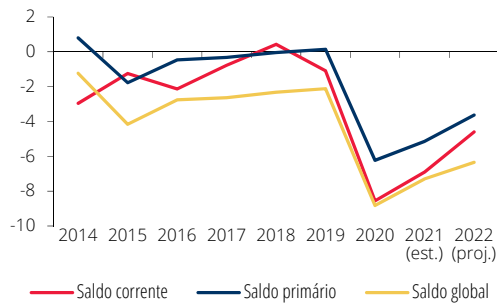
A estrutura geográfica do destino das exportações cabo-verdianas manteve-se, em 2021, concentrada num número diminuído de contrapartes, com Espanha, Portugal e Itália a representarem, em conjunto, 90% do total.

Gráfico II.2.6 • Importações de bens | Origens em percentagem, total em milhões de USD



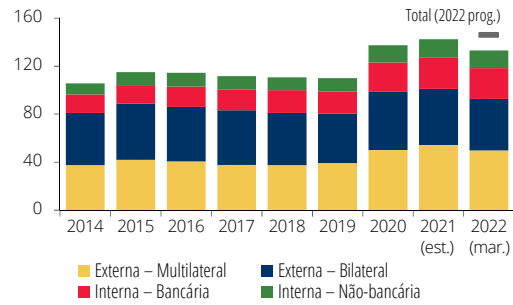
Tal como as exportações, as importações de Cabo Verde têm origem num grupo reduzido de mercados, com Portugal, Espanha, China e Países Baixos a fornecerem 70% dos produtos importados em 2021.

Gráfico II.2.7 • Saldos orçamentais
| Em percentagem do PIB



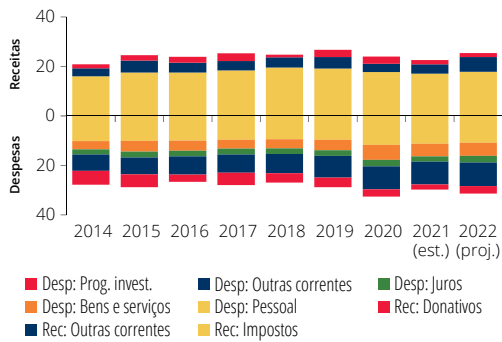
A recuperação da atividade permitiu a redução dos défices orçamentais em 2021, retomando a trajetória de melhoria que caracterizava a evolução das contas públicas cabo-verdianas antes da pandemia.

Gráfico II.2.8 • Dívida pública
| Em percentagem do PIB



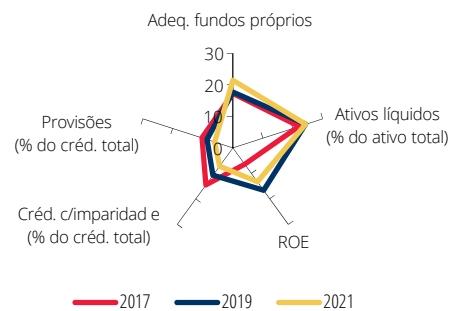
As necessidades de financiamento público mantêm a dívida pública total em níveis elevados, estimando-se que atinja perto de 146% do PIB em 2022, o valor mais baixo desde o início da pandemia.

Gráfico II.2.9 • Receitas e despesas públicas
| Em percentagem do PIB



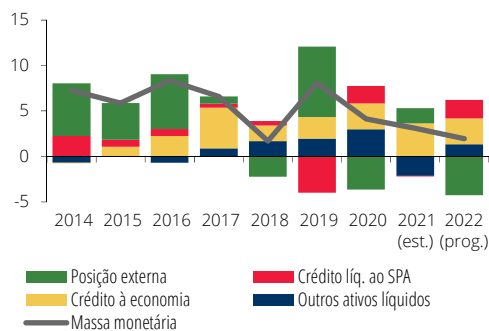
A maior coleta de impostos, a contenção de algumas despesas correntes (nomeadamente aquisições de bens e serviços) e a baixa execução do programa de investimento público permitiram a redução do défice orçamental em 2021.

Gráfico II.2.10 • Indicadores de estabilidade financeira
| Em percentagem



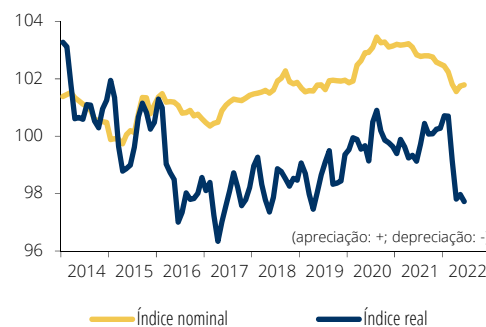
A atividade do setor bancário continua em crescimento, sem contudo comprometer os rácios de solvabilidade, rentabilidade e de crédito em risco de incumprimento.

Gráfico II.2.11 • Fatores de variação da liquidez
| Em percentagem do valor inicial da massa monetária



A melhoria da posição externa e a dinâmica do crédito à economia determinaram o crescimento da massa monetária em 2021. As projeções para 2022 apontam para que seja o crédito interno (economia e SPA) a impulsionar a massa monetária.

Gráfico II.2.12 • Taxas de câmbio efetivas
| Índices base 100: 2010, médias mensais



A evolução da taxa de câmbio efetiva nominal do CVE espelha o comportamento do euro relativamente à moeda chinesa. A depreciação de 2022 em termos reais está ligada ao estreitamento dos diferenciais de inflação face aos níveis europeus.

Quadro II.2.1 • Principais indicadores económicos

		2019	2020		2021		2022	
			Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	1997	1687	1797	1785	1939	-	
PIB real	taxa de variação anual	5,7	-14,8	5,5	7,0	4,0	16,8	1.º trim.
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	7470	6367	-	7005	-	-	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	1,9	-0,9	1,2	5,4	7,9	8,2	jun.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	1,1	0,6	1,2	1,9	7,9	5,5	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	26,7	24,0	25,9	22,6	25,4	-	
Donativos	% do PIB	2,8	2,9	1,8	1,8	1,6	-	
Despesas totais	% do PIB	28,8	32,6	36,5	29,8	31,4	-	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-2,1	-8,8	-10,0	-7,3	-6,3	-	
Dívida pública	% do PIB	110,0	137,3	156,6	142,4	145,9	133,0	mar.
Externa	% do PIB	80,3	99,0	112,9	101,0	103,6	92,6	mar.
Interna	% do PIB	29,7	38,4	43,7	41,4	42,3	40,3	mar.
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	-22,4	15,1	20,3	-0,6	14,7	12,9	mai. ^(b)
Crédito à economia	taxa de variação anual	3,9	4,8	3,4	6,1	4,7	1,2	mai. ^(b)
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	8,1	4,1	-0,3	3,1	2,0	2,0	mai. ^(b)
Taxas de juro^(c)								
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	2,0	1,5	-	1,5	-	1,4	mai.
Cedência de liquidez	taxa anual	3,0	0,5	-	0,5	-	0,5	jun.
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	1,1	-	-	1,0	-	1,0	jan.
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios ^(d)	%	17,7	19,4	-	21,4	-	22,0	mar.
Crédito com imparidade/crédito total	%	10,8	9,6	-	7,2	-	8,4	mar.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	16,6	13,3	-	13,3	-	3,6	mar. ^(b)
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	0,3	-14,6	-10,1	-11,9	-14,1	-	
Balança corrente e de capital	% do PIB	0,8	-13,4	-9,5	-10,6	-12,2	-	
Reservas externas (DLX)	meses de importações ^(e)	6,9	7,9	6,8	7,5	5,2	6,4	mai.
Taxas de câmbio								
EUR/CVE	taxa média	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	jun.
USD/CVE	taxa média	98,5	96,8	90,5	93,2	99,4	104,3	jun.
ITCE nominal ^(f)	taxa de variação anual	0,1	1,2	-	-0,6	-	-0,7	jun. ^(b)
ITCE real ^(f)	taxa de variação anual	0,9	0,3	-	0,6	-	-2,5	jun. ^(b)

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde, INE-CV, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
 | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Variação face a dezembro anterior; (c) Médias mensais (dezembro para os valores anuais); (d) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (e) Importações e exportações de bens e serviços; (f) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias; (apreciação: +; depreciação: -).



3 Guiné-Bissau

Área 36 125 km²

Capital Bissau

População 1,97 milhões (2021; fonte: Nações Unidas)

Moeda Franco CFA

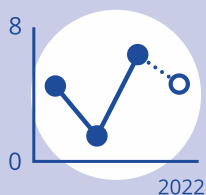
O desenvolvimento económico sustentável e inclusivo na Guiné-Bissau tem vindo a ser afetado por várias vulnerabilidades. Por um lado, um setor produtivo dependente da castanha do caju, que desde 2016 representa em média 92% das exportações, tem exposto o crescimento económico às condições da procura internacional e aos riscos climáticos. Por outro, e num passado recente, o enquadramento institucional condicionou a condução da política económica e social, o investimento em infraestruturas essenciais e a retenção de capital humano.

A estabilização das condições institucionais e políticas desde 2020 tem permitido a implementação de uma agenda de reformas e a mobilização de apoio internacional. Em julho de 2021, a Guiné-Bissau assinou um *Staff Monitored Program* com o FMI com vista a apoiar reformas no domínio da consolidação orçamental, da sustentabilidade da dívida, do reforço da governação pública e do combate à corrupção. As avaliações positivas do programa têm alavancado a credibilização externa do país e abriram caminho à possibilidade de assinatura de um acordo de financiamento com o FMI, ao abrigo da *Extended Credit Facility*, no final de 2022.

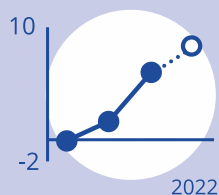
O ano de 2021 foi marcado pela recuperação da economia, com o produto a expandir 6,3% após as disrupções causadas pela pandemia em 2020 e com o setor do caju a alcançar uma produção historicamente elevada. Porém, as repercussões globais da guerra na Ucrânia vieram dificultar a prossecução dessa trajetória, com o crescimento económico, a inflação e o défice externo a ressentirem-se do aumento dos preços de bens alimentares e combustíveis. As autoridades adotaram um conjunto de medidas, com transferências focadas e controlo de preços de bens essenciais para proteger as condições de subsistência da população mais vulnerável, que não deverá comprometer os avanços na consolidação orçamental. Em junho de 2022 o banco central da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), da qual o país é membro, reagiu à aceleração dos preços com o aumento da taxa de referência em 25 pontos base.

O sucesso da campanha de vacinação da COVID-19 e a estabilidade política, num contexto de incerteza global, serão determinantes para as perspetivas de crescimento da economia guineense. A reaproximação do país à comunidade internacional tem sido fundamental para mobilizar financiamento concessional, contribuindo para a sustentabilidade da dívida, o investimento em infraestruturas e a implementação das reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento.

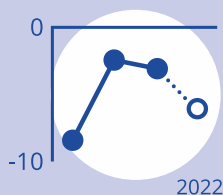
CRESCIMENTO ECONÓMICO
%



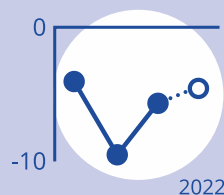
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



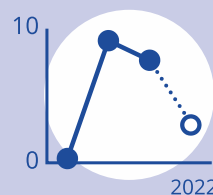
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação %



A **atividade económica** em 2021 recuperou dos efeitos da pandemia de COVID-19, com o setor do caju a beneficiar da melhoria das condições da procura internacional. Estima-se uma expansão de 6,3% do PIB da Guiné-Bissau, acima do crescimento de 6% da UEMOA. A campanha do caju, que tinha vindo a ser prejudicada pelas restrições às deslocações, registou em 2021 uma produção historicamente elevada e beneficiou da dinamização da procura externa e da subida dos preços internacionais. Este desenvolvimento refletiu-se numa expansão do consumo privado, dado que cerca de 50% da população estará diretamente envolvida na produção, comercialização ou processamento da castanha do caju. Adicionalmente, assistiu-se a uma expansão do investimento, com destaque para os projetos de infraestruturas públicas que se iniciaram nesse ano, em particular a reconstrução de estradas severamente danificadas pelas cheias de 2020.

As autoridades implementaram com bons resultados o programa de vacinação lançado em abril de 2021, estando 50% da população totalmente vacinada e 76% com pelo menos uma dose, em março de 2022. Não obstante, os riscos sanitários permanecem, como atesta a reaplicação de alguns condicionamentos às deslocações face à iminência de uma nova vaga no início de 2022. O aumento dos preços internacionais dos combustíveis e dos alimentos condicionará o crescimento, traduzindo-se, de acordo com o FMI, numa variação esperada do PIB de 4,6% em 2022.

O aumento generalizado dos preços no plano internacional refletiu-se na aceleração da **inflação** na Guiné-Bissau. No final de 2021, a taxa de inflação homóloga atingiu 5,8%, impulsionada sobretudo pela subida dos preços dos bens alimentares. O choque causado pela guerra na Ucrânia agravou essa dinâmica, com a inflação homóloga a acelerar para 6,1% em junho de 2022, o valor mais elevado desde 2011.

Apesar do sucesso da campanha do caju, o **défi ce da balança corrente** aumentou em 2021, atingindo 3% do PIB. A recuperação do consumo e a necessidade de investimento público, aliados ao aumento dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis, pesaram sobre a fatura de importações, que atingiu 20% do PIB nesse ano. Em sentido inverso, a melhoria das condições da procura internacional dirigida ao setor do caju conduziu a um crescimento das exportações de 28% em 2021 face ao ano anterior, a que se somou o aumento das remessas dos emigrantes em 27% e um nível de donativos que ascendeu a 2,7% do PIB (1,1% em 2019). A estabilização do fluxo de investimento direto estrangeiro, a colocação de dívida pública no mercado regional e a mobilização de financiamento multilateral concessional resultaram num excedente externo global de 3,7% do PIB.

O comportamento favorável do setor do caju não evitará o aumento do **défi ce da balança corrente** em 2022, que se estima atinja 6,1% do PIB. A manutenção do clima internacional adverso e incerto agravará o custo das importações, num contexto de dependência externa para satisfação das necessidades de consumo e de investimento. Realça-se o aumento previsto de 18% nas importações de bens alimentares e de 71% nas importações de produtos petrolíferos. Adicionalmente, as previsões para 2022 apontam para uma redução das transferências correntes, tanto oficiais como remessas emigrantes, ainda que se mantenham a níveis superiores aos verificados antes da pandemia.

Em 2021, o crescimento das receitas permitiu avançar no processo de **consolidação orçamental**, estimando-se um **défi ce** de 5,7% do PIB, recuperando 3,9 pp no ano. Nesse processo, destaca-se a maior arrecadação de impostos aduaneiros fruto da recuperação da receita do caju, do aumento das importações (quer por via da recuperação do consumo privado quer pelo aumento generalizado dos preços internacionais) e da mobilização de donativos adicionais para apoio orçamental. Contudo, verificou-se igualmente um aumento das despesas, que refletiu a liquidação de atrasados de dívida interna, a antecipação do pagamento de dívida ao Banco de Desenvolvimento da África Ocidental, despesas extraordinárias decorrentes do combate à pandemia e investimento público para recuperação de infraestruturas afetadas pelas cheias de 2020. Essa conjugação de fatores conduziu a um agravamento do rácio da dívida pública de 2 pp, para 78% do PIB. Por outro lado, a estabilização

política e o programa celebrado com o FMI conferiram credibilidade externa ao enquadramento institucional do país, permitindo aumentar os donativos e catalisar o financiamento externo concessional. Em 2021, a Guiné-Bissau beneficiou de apoios orçamentais garantidos junto do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento e do governo francês, bem como da adesão à *Debt Service Suspension Initiative* (DSSI). Porém, esta circunstância foi insuficiente para evitar a colocação de títulos no mercado bancário regional da UEMOA a taxas não concessionais, o que implicará custos acrescidos com o serviço da dívida.

A política orçamental em 2022 prossegue uma estratégia de consolidação das contas públicas através de medidas de mobilização da receita fiscal e de racionalização da despesa corrente não urgente, permitindo uma redução do défice global para 4,4% do PIB e a manutenção do rácio da dívida pública em 78% do PIB. No entanto, as previsões mais recentes do FMI sublinham que, no cenário atual, subsistirão necessidades de financiamento adicional na ordem dos 0,8% do PIB. Em parte, essa estimativa reflete as medidas excecionais implementadas pelo governo para mitigar as carências criadas pelo aumento generalizado de preços, nomeadamente a definição de preços máximos para combustíveis e bens alimentares essenciais e o programa de transferências para as camadas da população mais vulneráveis.

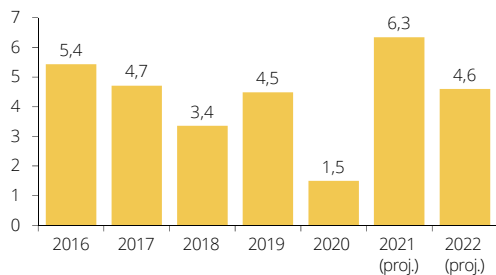
A adoção de uma **política monetária** de cariz acomodatório permitiu em geral manter níveis de liquidez e de solvabilidade no setor bancário em linha com os critérios prudenciais regionais, com exceção de um banco. O BCEAO manteve a taxa de referência a 2% em 2021, aumentando-a em 25 pontos base em junho de 2022, em face das pressões inflacionistas. A postura acomodatória do banco central contribuiu para fomentar o crédito à economia, que cresceu 7% em 2021, ainda que o *stock* de crédito ao setor privado no país (17% do PIB) tenha permanecido abaixo da média da UEMOA (22% do PIB).

O rácio de crédito em incumprimento desceu 5 pp permanecendo num nível elevado (16,6%), ao passo que o rácio de adequação de capital *Tier 1* se situou em território negativo. Esta situação reflete, em larga medida, as vulnerabilidades do maior banco do país a nível de crédito concedido, o que representa um risco para a estabilidade financeira (excluindo esse banco da análise, os dados mais recentes apontavam para um rácio de crédito em incumprimento de 6,5% e um rácio de adequação de capital *Tier 1* de 21,7%, em 2021).

A possível persistência da crise sanitária ou a deterioração do ambiente político capaz de comprometer as reformas estruturais ambicionadas, bem como o prolongamento de um contexto internacional adverso, são os principais *riscos* para a economia guineense. O sucesso do programa de vacinação levado a cabo pelo país permitiu um combate eficaz à pandemia, mas a contenção de novos surtos exigirá a aplicação das inoculações a uma camada mais alargada da população. A implementação de um plano de reformas orçamentais e estruturais e a mobilização de apoio internacional são prejudicadas pelo prolongamento de um cenário inflacionista, em particular no que se refere ao aumento de preços dos bens alimentares e dos combustíveis.

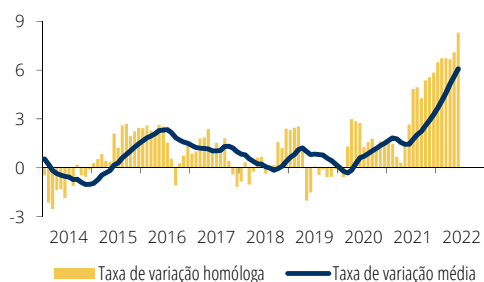
A médio e longo prazo, o desenvolvimento inclusivo e sustentável na Guiné-Bissau dependerá da capacidade de implementação de reformas que promovam a diversificação do tecido produtivo do país. O apoio da comunidade internacional, quer ao nível de financiamento concessional quer no domínio da assistência técnica, constituirá um forte contributo.

Gráfico II.3.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



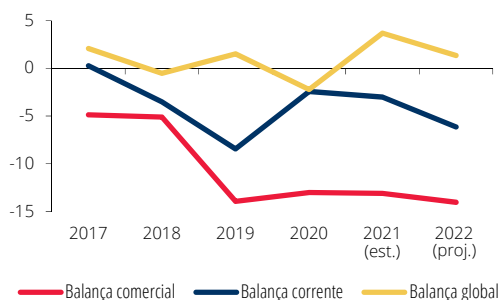
A economia guineense recuperou do impacto da pandemia em 2021, com o setor do caju a registar uma produção historicamente elevada. O aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis condicionará a evolução em 2022.

Gráfico II.3.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



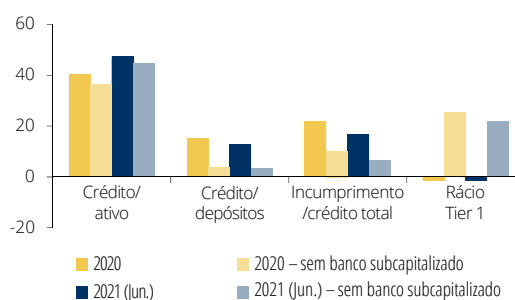
A aceleração da inflação a partir de 2020 refletiu o aumento nos preços das importações de bens de consumo essencial.

Gráfico II.3.3 • Balança de pagamentos | Em percentagem do PIB



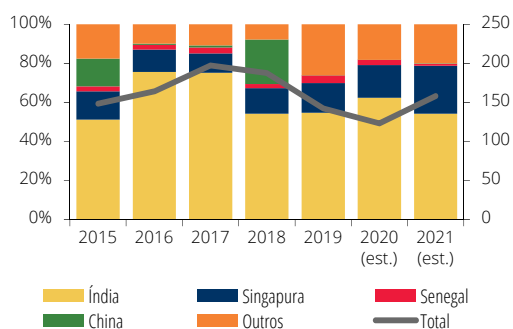
Não obstante a performance positiva do setor do caju, o aumento das importações limita o ajustamento do défice corrente em 2021 e 2022.

Gráfico II.3.4 • Indicadores de estabilidade financeira | Em percentagem



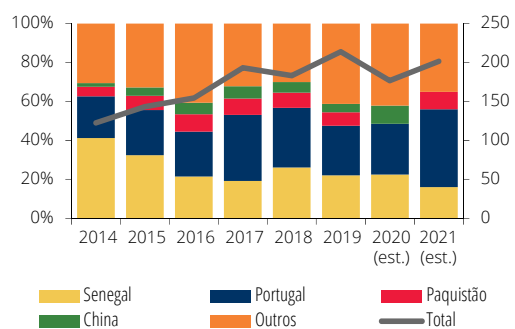
Os indicadores de estabilidade financeira do país surgem influenciados pelas vulnerabilidades do maior banco do setor.

Gráfico II.3.5 • Exportações de bens | Destinos em percentagem, total em mil milhões de FCFA



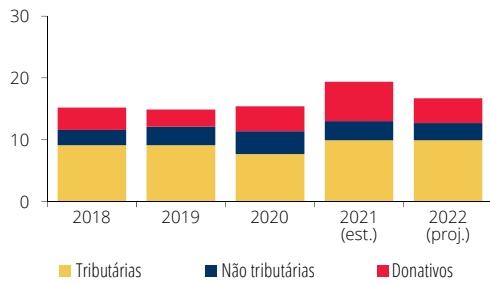
A subida nos preços e da procura do caju conduziu a um aumento do valor das exportações em 2021. A Índia, que possui um setor exportador de processamento de caju, permaneceu como principal destino.

Gráfico II.3.6 • Importações de bens | Origens em percentagem, total em mil milhões de FCFA



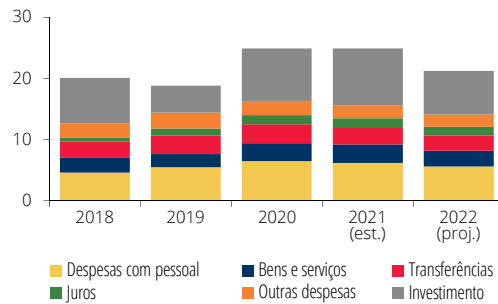
O aumento dos preços internacionais de bens alimentares e energéticos pesaram sobre a fatura de importações, que aumentou 14% em 2021. Portugal e Senegal são habitualmente origem de cerca de metade das importações.

Gráfico II.3.7 • Receitas públicas
| Em percentagem do PIB



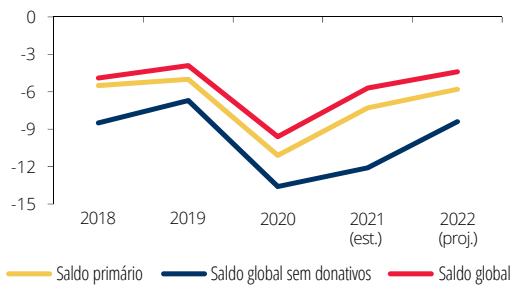
A recuperação do setor do caju permitiu a recuperação das receitas tributárias em 2021. A estabilização política contribuiu para a mobilização de donativos.

Gráfico II.3.8 • Despesas públicas
| Em percentagem do PIB



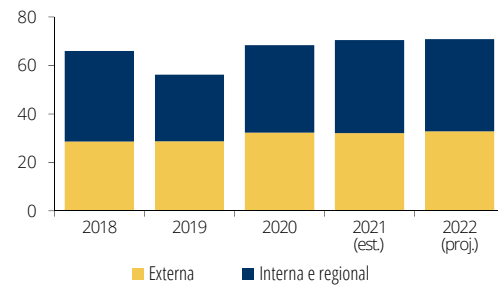
A rigidez dos salários públicos e as despesas adicionais relacionadas com o combate à pandemia e com a recuperação das infraestruturas destruídas pelas cheias de 2020 constituíram um limite ao ajustamento orçamental em 2021.

Gráfico II.3.9 • Saldos orçamentais
| Em percentagem do PIB



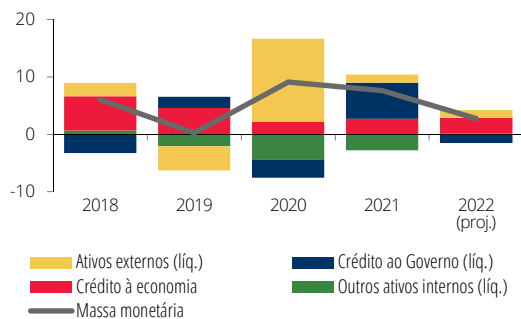
O saldo orçamental recuperou do impacto da pandemia. Contudo, mantém-se fortemente dependente do apoio externo.

Gráfico II.3.10 • Dívida pública | Em percentagem do PIB



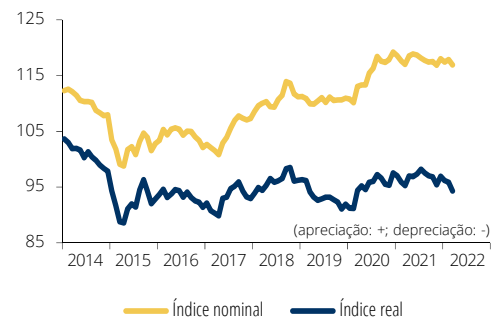
A trajetória de consolidação orçamental dos últimos anos não terá sido suficiente para reduzir o rácio da dívida pública. A dependência de financiamento interno e regional (não concessional) agrava o custo da dívida.

Gráfico II.3.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



O crescimento da massa monetária em 2021 refletiu a manutenção de uma política monetária de cariz acomodatório, apoiando o crescimento do crédito à economia e financiando o setor público.

Gráfico II.3.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2010, médias mensais



A desvalorização da rupia indiana face ao FCFA é o principal fator de apreciação do ITCE da economia guineense.

Quadro II.3.1 • Principais indicadores económicos

		2019	2020		2021		2022	
			Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de Euros	1349	1396	1442	1520	1621	-	
PIB real	taxa de variação anual	4,5	1,5	3,3	6,3	4,6	-	
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	2429	2441	-	2581	-	-	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	-0,1	1,5	1,9	5,8	-	8,3	jun.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	0,2	1,5	-	3,3	5,5	6,1	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	14,9	15,4	14,2	19,3	16,8	-	
Despesas totais	% do PIB	18,8	25,0	22,9	25,0	21,2	-	
Saldo global	% do PIB	-3,9	-9,6	-4,5	-5,7	-4,4	-	
Saldo global sem donativos	% do PIB	-6,7	-13,6	-7,7	-12,1	-8,4	-	
Dívida pública	% do PIB	64,0	76,5	78,4	78,5	78,4	-	
Externa ^(b)	% do PIB	36,5	40,4	-	40,1	40,3	-	
Interna e setor bancário regional	% do PIB	27,5	36,1	-	38,4	38,1	-	
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	13,8	-19,7	-	53,4	-8,9	8,4	mar. ^(c)
Crédito à economia	taxa de variação anual	13,8	5,9	-	7,3	7,4	-3,8	mar. ^(c)
Massa monetária (M2)	taxa de variação anual	0,3	9,1	-	7,6	2,7	10,6	mar. ^(c)
Taxas de juro^(d)								
Depósito, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual	4,0	3,0	-	5,2	-	-	
Crédito, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual	7,3	6,6	-	8,2	-	-	
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios ^(e)	%	-2,0	-3,6	-	-3,6 ^(f)	-	-	
Incumprimento/crédito total	%	25,4	21,8	-	16,6 ^(f)	-	-	
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	-8,4	-2,4	-8,0	-3,0	-6,1	-	
Balança corrente sem transferências oficiais	% do PIB	-9,6	-5,5	-10,7	-5,7	-8,1	-	
Taxas de câmbio								
EUR/FCFA	taxa média	656,0	656,0	656,0	656,0	656,0	656,0	mar.
USD/FCFA	taxa média	575,0	593,5	-	549,8	-	565,0	mar.
ITCE nominal ^(g)	taxa de variação anual	-0,2	7,5	-	-1,0	-	-0,9	mar. ^(c)
ITCE real ^(g)	taxa de variação anual	-4,5	7,1	-	-0,6	-	-2,7	mar. ^(c)

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional, cálculos do Banco de Portugal e Banco Central Europeu.
 | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) A dívida ao Banco de Desenvolvimento da África Ocidental está classificada como dívida externa;
 (c) Variação face a dezembro do ano anterior; (d) Médias mensais (dezembro para os valores anuais); (e) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (f) Valores relativos a junho; (g) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias; (apreciação: +; depreciação: -).



4 Moçambique

Área 799 380 km²

Capital Maputo

População 32,1 milhões (2021; fonte: Nações Unidas)

Moeda Metical

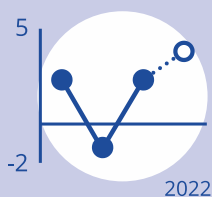
A economia moçambicana regressou aos níveis de crescimento modestos que vinha registando antes da crise pandémica de 2020, uma consequência dos sucessivos choques adversos que, desde 2015, têm agravado os desequilíbrios macroeconómicos e as vulnerabilidades.

No primeiro semestre de 2021, a retoma da atividade económica foi condicionada por novas vagas da pandemia de COVID-19, pelas perdas provocadas pelos ciclones e pelo recrudescimento da insegurança na região de Cabo Delgado, que afetou a instalação dos grandes projetos de gás natural liquefeito (GNL) e a economia local. Os danos nas infraestruturas básicas e habitações e o aumento do número de deslocados internos pesaram sobre o ritmo de crescimento em 2021. Não obstante, o setor exportador reagiu com dinamismo ao acréscimo da procura externa e ao aumento do preço internacional das matérias-primas. Em contrapartida, observou-se uma aceleração da taxa de inflação induzida pelo aumento dos preços dos bens alimentares e da energia importados. O acesso limitado a recursos externos conduziu a um acréscimo da dívida pública interna. O investimento público permaneceu em níveis reduzidos (em cerca de metade do valor médio observado entre 2011 e 2015). Prossegue o esforço de consolidação orçamental.

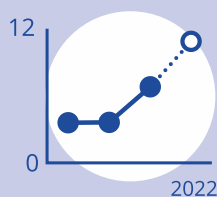
Para 2022, as autoridades mantêm a perspetiva de melhoria da atividade económica, apesar do abrandamento da procura externa e de uma maior incerteza, nomeadamente perante a persistência das pressões inflacionistas globais, decorrentes da guerra da Ucrânia e dos constrangimentos nas cadeias de produção e distribuição globais. Acrescem ainda riscos relativos a novas vagas da pandemia, às alterações climáticas ou deterioração das condições de segurança.

As autoridades moçambicanas celebraram um novo programa de apoio financeiro com o FMI, em maio de 2022, ao abrigo da *Extended Credit Facility* (ECF), para consolidar a estabilidade macroeconómica e apoiar a agenda de reformas. Em agosto de 2022, o governo lançou um pacote de medidas de aceleração económica com o intuito de fomentar a diversificação da economia e melhorar o ambiente de negócios, a transparência e a governação, como forma de atrair investimento e criar emprego. Este pacote de vinte medidas de reforma inclui a criação e implementação do Fundo Soberano de Moçambique para gerir a riqueza gerada pela indústria do GNL, a partir de 2023, promovendo o desenvolvimento socioeconómico e a distribuição equitativa dos rendimentos entre gerações.

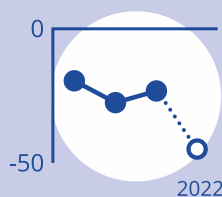
**CRESCIMENTO
ECONÓMICO**
%



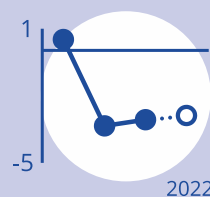
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



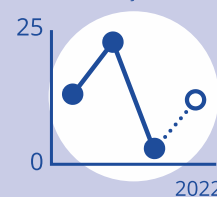
**BALANÇA
CORRENTE**
% do PIB



**SALDO
ORÇAMENTAL**
% do PIB



**MASSA
MONETÁRIA**
variação %



Em 2021, a economia moçambicana cresceu 2,3%, refletindo a recuperação transversal da **atividade económica** potenciada pelo alívio das restrições de controlo da pandemia, a nível interno e externo, e pelo efeito de base nos setores mais afetados. Sublinha-se o contributo do setor agrícola (que cresceu 3,8%), das indústrias extrativas (que cresceram 2,5%), impulsionadas pela procura externa e pela subida dos preços das matérias-primas, e a retoma do setor dos serviços. As repercussões adversas dos ciclones, das novas vagas da pandemia de COVID-19 e da intensificação da insegurança na região de Cabo Delgado influenciaram negativamente o consumo e o investimento na primeira metade do ano.

No primeiro trimestre de 2022, o produto cresceu 4,1% em termos homólogos. Um resultado alcançado nos contributos do setor agrícola e do setor das indústrias extrativas, mas que é também explicado pela recuperação das atividades de alojamento, restauração e transportes que, no início de 2021, permaneciam condicionadas pelas medidas de controlo da pandemia. Moçambique deverá registar um crescimento de 3,8% em 2022, beneficiando do aumento do preço das matérias-primas exportadas, do alívio duradouro das medidas de contenção da pandemia, da concretização dos projetos de GNL, do prosseguimento das reformas estruturais e do programa com o FMI (apoio financeiro de cerca de 456 milhões de USD, equivalente a 150% da quota, concedido ao abrigo da ECF, por um período de três anos).

Ao longo de 2021, a **inflação** quase duplicou, devido essencialmente ao aumento dos preços de bens alimentares e bebidas não alcoólicas (a taxa de variação média anual passou de 3,1% em 2020 para 6,0% em 2021). No final do primeiro semestre de 2022, a inflação homóloga atingiu 10,8%, uma subida que continuou a ser explicada pelos preços dos bens alimentares, aos quais se juntam os aumentos dos preços dos transportes urbanos de passageiros, do gasóleo e dos serviços de restauração.

No final de janeiro de 2021, o Banco de Moçambique iniciou a reversão das condições acomodatórias de **política monetária**, elevando em 300 pontos base a taxa de juro de referência (taxa MIMO), para 13,3%, procurando controlar a inflação e promover a estabilidade macroeconómica. De igual modo, no final de março de 2022, face ao agravamento das pressões inflacionistas externas e internas, por efeito direto e indireto do aumento dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares após a invasão da Ucrânia, o Banco de Moçambique aumentou de novo a taxa MIMO, em 200 pontos base, para 15,3%. Estas perspetivas compreendem riscos de sentido ascendente não negligenciáveis, associados ao impacto da guerra na Ucrânia sobre os preços das matérias-primas, ao prolongamento dos estrangulamentos nas cadeias de produção e distribuição globais e a potenciais efeitos de segunda ordem, dependendo do grau de transmissão do aumento dos combustíveis aos custos de produção de outros bens e serviços.

Ainda em 2021, observou-se uma expansão moderada da **massa monetária** (variação líquida de 2,8%), justificada pela queda acentuada dos ativos externos líquidos (21,5%), em parte compensada pelo acréscimo do crédito ao governo (8,1%, em termos brutos) e à economia (2,9%) e pela variação positiva dos outros ativos internos líquidos. No primeiro semestre de 2022, a massa monetária aumentou 3,7%, revelando, todavia, uma desaceleração do crédito à economia, que cresceu apenas 1,0%.

O **setor bancário** manteve-se resiliente, num contexto de menor flexibilidade das condições monetárias e de materialização dos riscos para a atividade económica. No final de 2021, os níveis de rentabilidade apresentavam uma recuperação, em termos homólogos, graças ao aumento do produto bancário, superando o acréscimo da margem financeira e concorrendo para a melhoria dos rácios de eficiência e para a estabilidade dos rácios de solvabilidade. Registava-se também uma melhoria dos rácios de liquidez, face ao acréscimo dos ativos com elevada liquidez e baixo risco, que representavam cerca de 48% do total de ativo do setor. Destaca-se igualmente, o decréscimo do crédito em moeda estrangeira e a continuação do crédito em incumprimento em torno de 10%. Todavia, a

adoção de medidas de política monetária mais restritivas face à prevalência de pressões inflacionistas, poderá conter a evolução do crédito e aumentar o serviço da dívida, afetando a qualidade dos ativos do setor bancário.

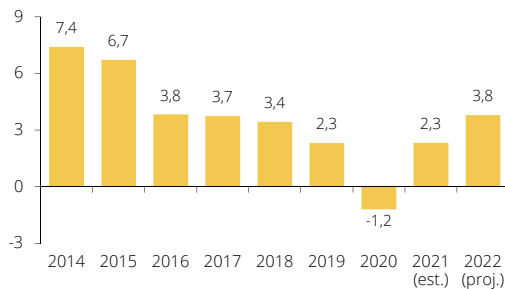
No que diz respeito às contas externas, destaca-se a redução do défice da balança comercial, para 14,3% do PIB em 2021 (um decréscimo de 1,9 pp face a 2020), justificado pelo forte crescimento das exportações (55%), devido à recuperação da procura externa e ao aumento do preço das matérias-primas exportadas. Dada a elevada componente importada dos projetos de GNL, os atrasos na sua implementação devido à situação na região de Cabo Delgado no primeiro semestre de 2021, contiveram a expansão das importações. Esta circunstância contribuiu igualmente para a redução do défice da balança de serviços, com a menor contratação de serviços especializados por parte dos grandes projetos. Para a redução do défice da **balança corrente**, para 23% do PIB em 2021 (um decréscimo de 4,4 pp face a 2020), contribuiu ainda o acréscimo das remessas de emigrantes, que compensou a diminuição dos donativos. Em contrapartida, registou-se uma redução significativa das transferências de capital (50% face a 2020, devido à redução das transferências para projetos), concorrendo para o aumento das necessidades de financiamento da economia e para a erosão das reservas externas face a 2020, apesar da marcada recuperação do investimento direto estrangeiro (que cresceu 68% em 2021). No final de 2021, as reservas externas ascendiam a cerca de 5 meses de importações, excluindo grandes projetos.

As exportações de matérias-primas deverão continuar a crescer em 2022. No entanto, a retoma dos projetos de GNL na bacia do Rovuma e o conseqüente aumento das importações de serviços e equipamentos deverão agravar o défice da balança corrente até ao final do ano. Em 2022, o investimento direto do exterior e o financiamento concessional, acordados com o Banco Mundial e com o FMI, respetivamente, deverão assegurar a estabilidade das reservas externas. A médio prazo, o acréscimo das exportações de GNL e a retoma económica, alicerçada nas reformas enunciadas, deverão contribuir para a redução dos desequilíbrios externos, a melhoria do ambiente de negócios e o reforço da confiança, condições fundamentais para atrair investimento direto estrangeiro e financiamento privado.

Em 2021, o **défice orçamental** atingiu 3,1% do PIB (um decréscimo de 0,2 pp face a 2020), refletindo a melhoria do saldo orçamental corrente (que passou de 0,5% em 2020 para 1,6% do PIB em 2021) e a redução marginal das despesas de investimento e dos empréstimos concedidos, condicionado, todavia, pela diminuição dos donativos e do financiamento externo. Em 2022, o défice orçamental deverá reduzir-se para 2,6% do PIB, face à estabilização as receitas correntes e ao aumento dos donativos, enquanto as despesas correntes deverão permanecer acima de 30% do PIB, atendendo à recuperação do investimento público e à evolução prevista para as despesas com salários (a reforma dos salários da função pública só deverá originar poupanças a partir de 2024).

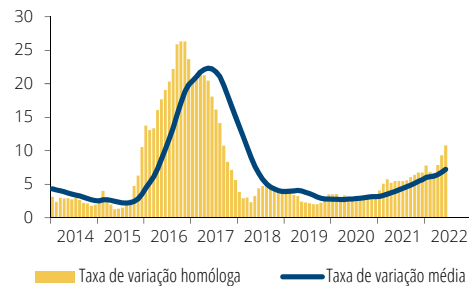
Em 2021, registou-se uma redução do rácio da **dívida pública** para 88% do PIB (um decréscimo de 2,6 pp). Favorecida pela apreciação do metical, a dívida externa decresceu para 66% do PIB (menos 5,3 pp), tendo o rácio da dívida pública interna aumentado, de 20%, em 2020, para 23%, em 2021. Este nível de endividamento representa uma vulnerabilidade a choques cambiais e a riscos externos e internos que comprometem o crescimento económico e as receitas públicas. Condições que permitam o início da exploração dos grandes projetos de GNL terão impacto positivo sobre a trajetória do rácio da dívida pública.

Gráfico II.4.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



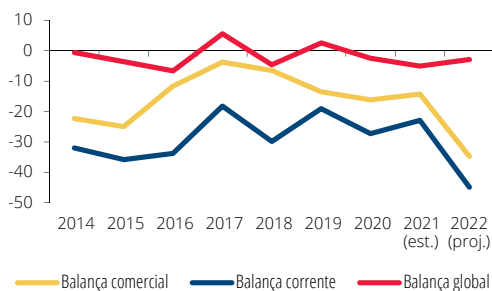
A taxa de crescimento económico permanece aquém da observada até 2015, os o crescimento a partir de 2022.

Gráfico II.4.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



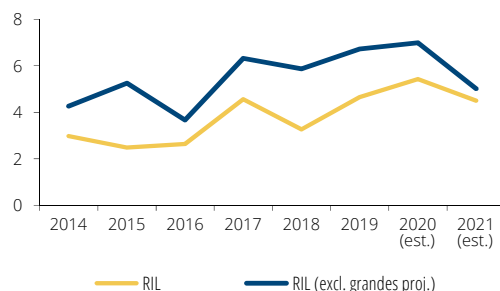
A inflação acelerou a partir de junho de 2020, com a taxa de variação homóloga a atingir 10,8% em junho de 2022.

Gráfico II.4.3 • Balança de pagamentos | Em percentagem do PIB



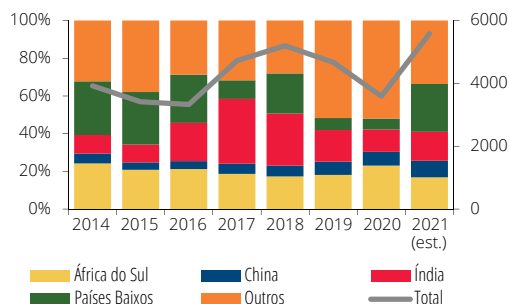
A redução do défice da balança corrente em 2021 deve-se essencialmente ao comportamento da balança comercial. Os fluxos financeiros externos continuam a ser insuficientes para cobrir as necessidades de financiamento.

Gráfico II.4.4 • Reservas externas | Em meses de importações de bens e serviços



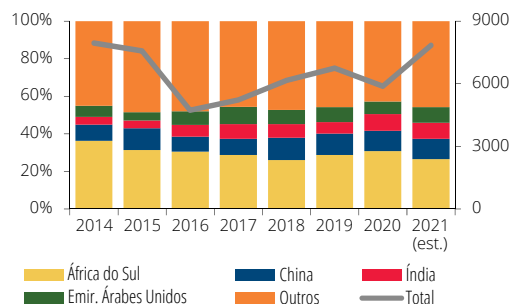
As reservas internacionais líquidas diminuíram para cerca de 5 meses de importações, no final 2021, influenciadas pela redução dos donativos, mas parcialmente mitigadas pelo menor dinamismo das importações para grandes projetos.

Gráfico II.4.5 • Exportações de bens | Destinos em percentagem, total em milhões de USD



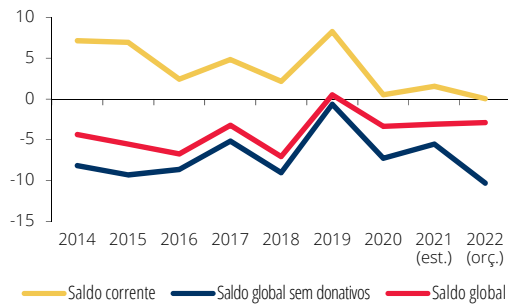
As exportações de bens registaram um acréscimo de 55% em 2021, provenientes sobretudo de grandes projetos. Os Países Baixos surgem como o principal destino de exportações em 2021, à frente de outros parceiros comerciais, como a África do Sul.

Gráfico II.4.6 • Importações de bens | Origens em percentagem, total em milhões de USD



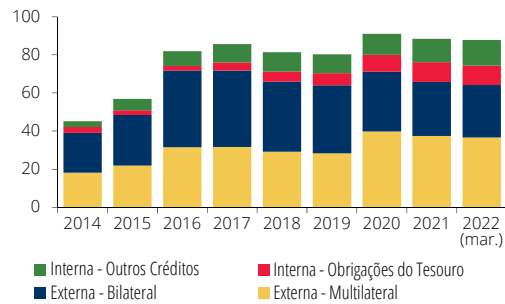
As importações de bens cresceram 33% em 2021, com destaque para os bens intermédios e de consumo, refletindo a abertura gradual da economia. A África do Sul e a China foram origem de cerca de 37% das importações.

Gráfico II.4.7 • Saldos orçamentais
| Em percentagem do PIB



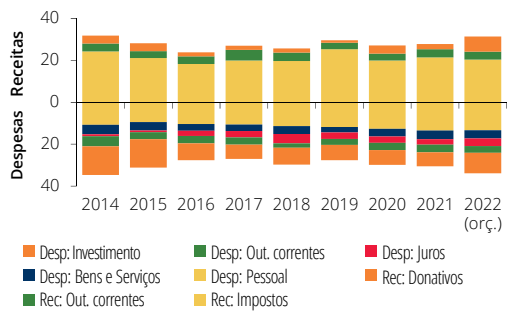
A evolução do saldo corrente, em particular depois de 2020, ilustra a pressão sobre as contas públicas e reforça a importância dos donativos para a estabilidade do défice orçamental nos próximos anos.

Gráfico II.4.8 • Dívida pública
| Em percentagem do PIB



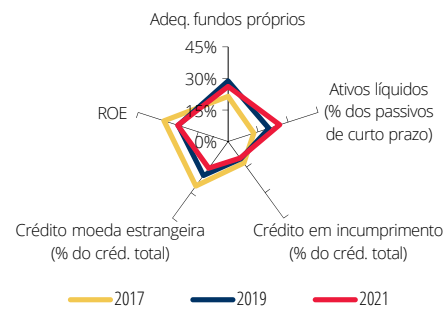
A redução do rácio da dívida a partir de 2021, resulta da redução da dívida externa, influenciada pela apreciação do metical.

Gráfico II.4.9 • Receitas e despesas públicas
| Em percentagem do PIB



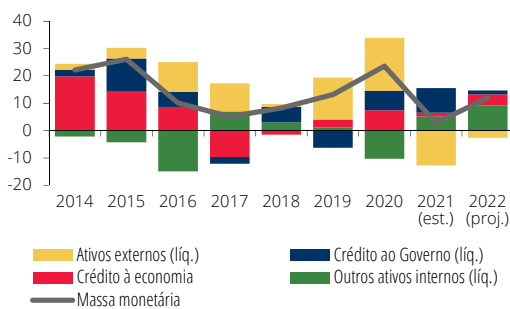
Em 2021, destaca-se a redução dos donativos e, em contrapartida, a contenção das despesas de investimento face à rigidez das outras despesas correntes (originadas por catástrofes naturais, pela pandemia e pela insegurança em Cabo Delgado).

Gráfico II.4.10 • Indicadores de estabilidade financeira



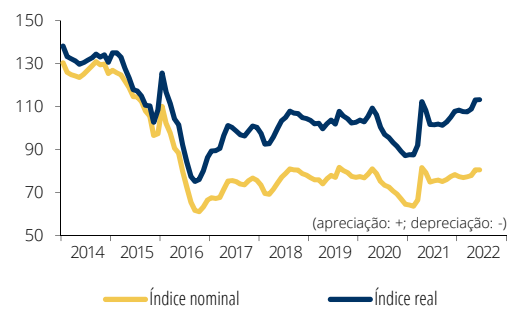
O setor bancário manteve níveis adequados de solvabilidade, liquidez e rentabilidade em 2021, destacando-se a melhoria do indicador de liquidez.

Gráfico II.4.11 • Fatores de variação da liquidez
| Em percentagem do valor inicial da massa monetária



A massa monetária registou um acréscimo líquido de 2,8% em 2021, ditado sobretudo pela expansão do crédito ao governo, apesar da contração dos ativos externos líquidos.

Gráfico II.4.12 • Taxas de câmbio efetivas
| Índice base 100: 2010, médias mensais



A taxa de câmbio média efetiva do metical apreciou-se em 2021 (23,5% em termos reais). Em maio de 2022, o metical encontrava-se ligeiramente depreciado face aos níveis pré-pandemia.

Quadro II.4.1 • Principais indicadores económicos

		2019	2020		2021		2022	
			Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	13 700	12 598	13 979	13 930	17 417	-	
PIB real	taxa de variação anual	2,3	-1,2	2,5	2,3	3,8	-	
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	1336	1297	-	1341	-	-	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	3,5	3,5	7,3	6,7	9,0	10,8	jun.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	2,8	3,1	6,2	5,7	8,5	7,2	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	29,7	27,2	27,8	27,8	31,6	-	
Despesas totais	% do PIB	29,2	30,6	31,6	30,9	34,5	-	
Saldo global	% do PIB	0,5	-3,3	-3,8	-3,1	-2,9	-	
Saldo global (sem donativos)	% do PIB	-0,6	-7,2	-7,1	-5,5	-10,3	-	
Dívida pública	% do PIB	80,3	91,1	-	88,5	-	87,9	mar.
Interna	% do PIB	16,3	19,9	-	22,6	-	23,7	mar.
Externa	% do PIB	64,0	71,2	-	65,9	-	64,1	mar.
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	-44,6	112,0	-	81,8	7,4	15,8	jun. ^(b)
Crédito à economia	taxa de variação anual	5,0	15,0	8,4	2,9	8,7	1,0	jun. ^(b)
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	12,1	23,6	12,1	2,8	12,0	3,7	jun. ^(b)
Taxas de juro^(c)								
Passiva, a 1 ano	taxa anual	8,7	6,6	-	8,0	-	8,9	jun.
Ativa, a 1 ano	taxa anual	21,0	18,8	-	20,3	-	22,3	jun.
Taxa diretora (MIMO)	taxa anual	12,8	10,3	-	13,3	-	15,3	jun.
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios ^(d)	%	28,8	25,9	-	26,2	-	25,5	mar.
Crédito com imparidade/crédito total	%	10,2	9,8	-	9,7	-	9,2	mar.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	24,9	18,7	-	25,2	-	27,5	mar.
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	-19,1	-27,3	-34,0	-22,9	-44,9	-	
Balança corrente excluindo transferências oficiais	% do PIB	-25,2	-28,9	-	-24,2	-	-	
Reservas externas (líquidas)	meses de importações ^(e)	4,7	5,4	-	4,5	1,9	2,3	mar.
Taxas de câmbio								
EUR/MZM	taxa média	70,0	79,3	-	77,5	-	67,5	jun.
USD/MZM	taxa média	62,6	69,3	-	65,5	-	63,9	jun.
ITCE nominal ^(f)	taxa de variação anual	-1,3	-16,2	-	21,4	-	2,8	jun. ^(b)
ITCE real ^(f)	taxa de variação anual	-1,7	-15,1	-	23,5	-	5,1	jun. ^(b)

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BdP. | Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) Variação face a dezembro do ano anterior; (c) Médias mensais (dezembro para os valores anuais); (d) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (e) Importações de bens e serviços do mesmo ano (ou do ano anterior, no caso de valores intra-anuais); (f) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias; (apreciação: +; depreciação: -).



5 São Tomé e Príncipe

Área 997 km²

Capital Cidade de São Tomé

População 223 milhares (2021; fonte: Nações Unidas)

Moeda Dobra

A economia de São Tomé e Príncipe enfrenta dificuldades significativas desde o final de 2020, pois às debilidades estruturais (reduzida dimensão económica, elevados custos de insularidade, persistente desequilíbrio das contas externas, entre outros) adicionaram-se elementos conjunturais particularmente desfavoráveis, nomeadamente subida do preço dos bens importados, contração dos fluxos de turismo e redução significativa no acesso a recursos financeiros externos.

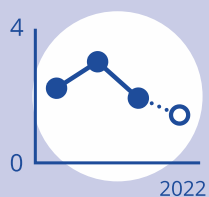
Em 2021 e na primeira metade de 2022, a conjugação dos problemas estruturais e das adversidades de curto prazo determinou o abrandamento da atividade económica e o recrudescimento da inflação. A subida do preço dos bens importados (bens alimentares e petróleo) deu origem a uma situação de progressivo desequilíbrio nas contas externas, com a consequente redução das reservas externas, criando desafios à gestão do *peg* ao euro, em vigor desde 2009.

O espaço de intervenção das autoridades é particularmente reduzido dada a carência de recursos financeiros, num contexto nacional e internacional que pode condicionar a materialização de compromissos por parte dos parceiros de desenvolvimento. O atual programa com o FMI no âmbito da *Extended Credit Facility* (ECF) termina no início de 2023, podendo vir a ser negociado um novo programa.

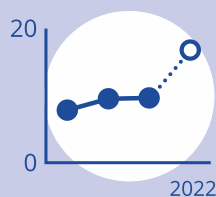
O incremento nas exportações (sobretudo cacau e óleo de palma), alguma recuperação do turismo e uma maior estabilidade do setor bancário, são sinais positivos num quadro que se apresenta, em termos gerais, desafiante.

A conjugação de uma inflação elevada, da redução das reservas externas e da dificuldade de acesso a recursos financeiros externos constitui um risco para a economia santomense.

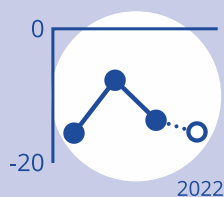
CRESCIMENTO ECONÓMICO
%



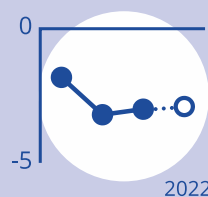
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



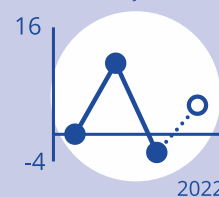
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação %



O ritmo de **crescimento** da economia de São Tomé e Príncipe voltou a desacelerar em 2021, para 1,9%. A dinâmica registada em 2020 (crescimento de 3,0%), que se deveu à entrada de recursos externos (donativos e empréstimos disponibilizados para combater os efeitos da pandemia), não teve continuidade em 2021. Para 2022 espera-se um crescimento de 1,4%, o valor mais baixo desde 2000.

A reduzida dimensão da economia santomense e o papel preponderante do Estado tornam-na vulnerável em situações como a atual, caracterizada pela escassez de recursos financeiros públicos e, consequentemente, pela limitada capacidade de concretização de investimento público. Adicionalmente, o turismo, que entre 2014 e 2019 se vinha afirmando como um dos principais fatores de dinamização da economia, continua afetado pelo fluxo reduzido de visitantes, cujos números (apesar de alguma recuperação face ao ano anterior) ainda se situam muito aquém dos níveis pré-pandemia.

A estas dificuldades vieram juntar-se as consequências das cheias do final de 2021 que destruíram infraestruturas na ilha de São Tomé (pontes e estradas), bem como culturas agrícolas, habitações e estabelecimentos comerciais. Novas cheias em abril e em maio de 2022 criaram ainda maiores problemas ao prosseguimento da atividade económica, situação que tem tendência a persistir, dada a ausência de recursos financeiros para recuperar as infraestruturas afetadas.

Os problemas a nível da produção têm sido agudizados pelo recrudescimento da **inflação**, que no final de 2021 se aproximava dos dois dígitos e que em maio de 2022 registava 14,9% (variação homóloga). Esta evolução particularmente desfavorável deve-se em grande medida à subida dos preços dos bens alimentares importados (com elevado peso no cabaz de consumo), bem como dos combustíveis. De notar, contudo, que a transmissão do aumento do preço internacional do petróleo para os preços suportados pelos consumidores finais ocorreu a partir de abril de 2022. Desta opção de subvenção decorreram elevados custos para as contas públicas. A inflação é essencialmente ditada por fatores externos, reduzindo a eficácia das medidas de política monetária implementadas pelo banco central.

A gestão das **contas públicas** apresenta-se complexa, dado que as receitas fiscais se ressentiram da redução do nível de atividade do setor privado (menor cobrança fiscal) e da acentuada retração dos donativos (para 5,1% do PIB em 2021, enquanto no ano anterior tinham representado mais do dobro desse valor). Outro fator relevante para o comportamento desfavorável das receitas é o aumento do preço do petróleo. Com o objetivo de estabilizar o preço dos combustíveis para os consumidores, as autoridades adiaram até abril de 2022 a repercussão da volatilidade do preço internacional nos preços do retalho, o que deu origem a uma redução da “sobretaxa sobre produtos petrolíferos”, resultando numa diminuição significativa de receitas fiscais.

A evolução do preço do petróleo teve também como consequência o aumento da dívida garantida pelo Estado devido ao crescente valor das compras (a crédito) de combustíveis pela empresa pública de eletricidade (tradicionalmente deficitária) à empresa fornecedora. Do lado das despesas, as autoridades estão confrontadas com a rigidez adicional criada pelo recrutamento alargado de funcionários em 2020, sobretudo para os setores da saúde e da educação, com o objetivo de combater os efeitos da pandemia de COVID-19. O crescimento da massa salarial da administração pública ultrapassou 10% em 2021, o que obrigou a uma contenção das outras despesas correntes (aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios), bem como das despesas de investimento financiadas com recursos do Tesouro. Estas componentes da despesa registaram variações absolutas negativas em 2021.

Graças às medidas de contenção das despesas, o saldo primário interno, principal referência em termos de meta orçamental, melhorou ligeiramente, de -3,2% em 2020 para -3,0% do PIB em 2021. Deve ser tido em conta que no cálculo do saldo primário interno não é considerado o valor dos donativos externos, os quais tiveram em 2020 uma elevada expressão. O saldo orçamental global (que inclui os donativos e juros) apresentou, assim, uma degradação em 2021, passando de -1,3% em 2020 para -3,1% do PIB.

Os empréstimos concedidos por instituições internacionais refletiram-se no aumento da **dívida externa**. No entanto, o rácio da dívida externa face ao PIB diminuiu em 2021 (representando cerca de 60%), devido ao crescimento nominal do produto e à evolução cambial. Em simultâneo, foi prosseguida uma política de redução progressiva dos atrasados internos, com o objetivo adicional de proporcionar alguma liquidez às empresas santomenses. Esta medida foi possível em parte devido à adesão à iniciativa de suspensão do serviço da dívida (DSSI), promovida pelo G20 e Clube de Paris, que permitiu canalizar para fins internos recursos orçamentados para satisfação dos compromissos com o serviço da dívida pública externa.

O desequilíbrio das relações financeiras com o exterior aumentou devido à evolução do valor das importações (aumento do preço dos combustíveis e dos bens alimentares), mas também em resultado da recuperação das importações de bens de investimento, que haviam assumido uma expressão mínima em 2020, e da significativa redução dos donativos. O défice da **balança corrente** agravou-se de 7,6% do PIB, em 2020, para 13,6% em 2021.

Esta evolução desfavorável está a ter consequências no nível das reservas externas do país. Desde o final de 2020, os ativos líquidos sobre o exterior do banco central têm caído marcadamente: em maio de 2022 correspondiam a pouco mais de 2 meses das importações de bens e serviços programadas para o ano.

A par do aumento das importações, merece registo o comportamento positivo das exportações (de 14,2 para 20,8 milhões de USD, entre 2020 e 2021). Este aumento é tanto mais significativo quanto o cacau (o principal bem de exportação de São Tomé) não beneficiou de uma valorização expressiva, ao contrário da generalidade dos bens agrícolas transacionados internacionalmente; já as exportações de óleo de palma (produto que desde 2019 vem assumindo um papel de relevo nas exportações, logo a seguir ao cacau) registaram um aumento significativo (o valor das vendas ao exterior quase duplicou de 2020 para 2021), neste caso amplamente beneficiado pelo aumento do preço internacional dos óleos alimentares.

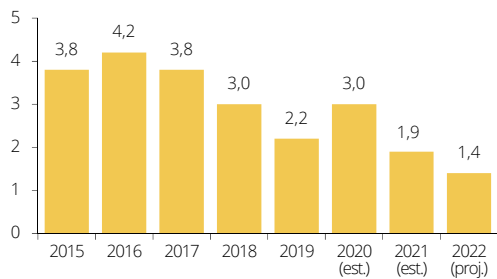
Os Países Baixos mantêm-se como o principal mercado para as exportações santomenses (cacau, óleo de palma), enquanto Portugal manteve a preponderância como origem das importações e se deu alguma recuperação do peso de Angola (produtos petrolíferos) e da China.

Apesar das dificuldades da economia e dos problemas estruturais do **setor financeiro** (reduzida dimensão do mercado e elevados custos operacionais), o setor bancário registou alguma melhoria em 2021, nomeadamente em termos de rendibilidade e de contenção do crédito em incumprimento.

O crédito ao setor privado encontra-se estagnado desde 2017 e, dada a redução continuada das disponibilidades líquidas sobre o exterior, foi o valor crescente do crédito líquido à administração pública que evitou uma maior contração dos agregados monetários em 2021 (variação de -2,7% da massa monetária). Nos primeiros cinco meses de 2022, a massa monetária registou um crescimento de 9,7%.

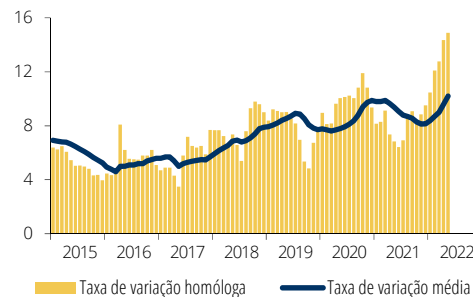
Os principais **riscos** presentes no cenário macroeconómico santomense decorrem da conjugação de níveis elevados de inflação, da evolução desfavorável das reservas externas e da dificuldade de acesso a recursos financeiros externos.

Gráfico II.5.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



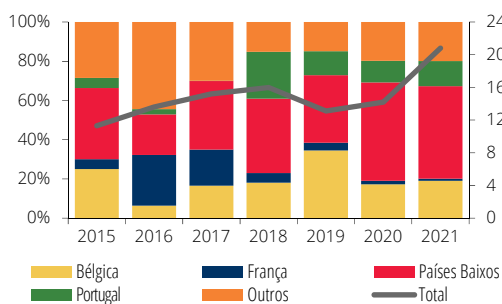
A economia santomense em 2021 não manteve a dinâmica do ano anterior, a qual havia sido suportada pelo afluxo de recursos externos.

Gráfico II.5.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



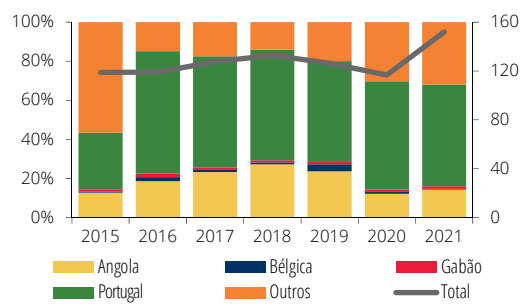
A inflação acelerou marcadamente desde meados de 2021, essencialmente devido ao aumento do preço das importações (petróleo e bens alimentares).

Gráfico II.5.3 • Exportações de bens | Destinos em percentagem, total em milhões de USD



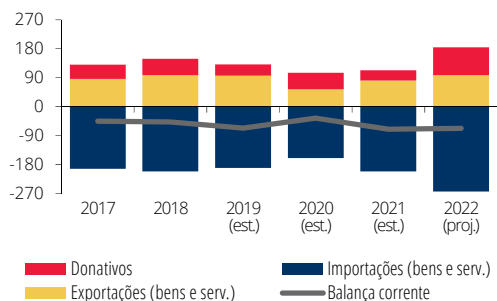
As exportações registaram um incremento em 2021, fruto das vendas de cacau e de óleo de palma. Os Países Baixos mantêm a primazia destacada como destino das exportações.

Gráfico II.5.4 • Importações de bens | Origens em percentagem, total em milhões de USD



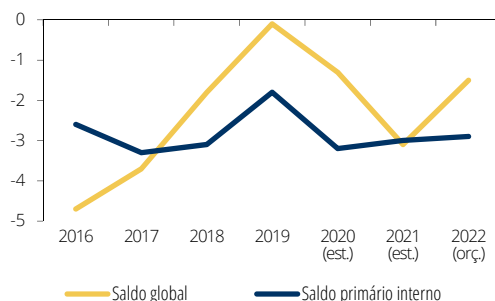
As compras ao exterior aumentaram consideravelmente em 2021, mais do que recuperando as reduções verificadas nos anos anteriores. Portugal continua a ser o principal fornecedor do país.

Gráfico II.5.5 • Balança corrente | Em percentagem do PIB



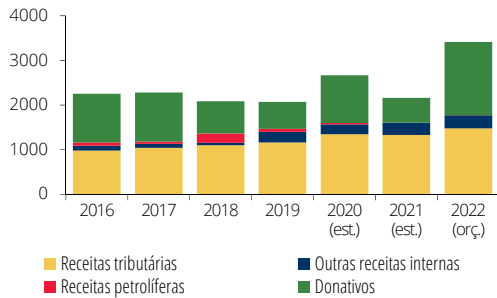
A diminuição das transferências (donativos) e o aumento das importações pesaram decisivamente na degradação das contas externas, apesar da melhoria nas exportações de bens e serviços.

Gráfico II.5.6 • Saldos orçamentais | Em percentagem do PIB



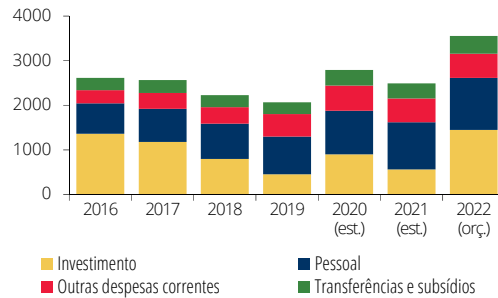
O valor do saldo primário interno (principal indicador do sentido da política orçamental) em 2021 foi semelhante ao do ano transato, graças à contenção das despesas não salariais.

Gráfico II.5.7 • Receitas públicas | Em milhões de dobras



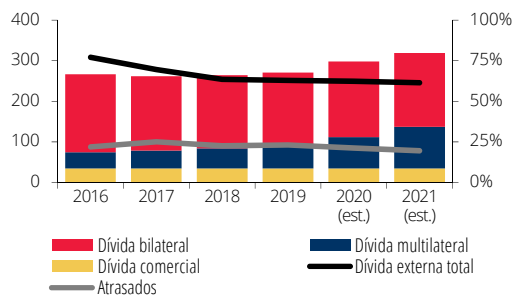
Os donativos reduziram-se face a 2020 (e mesmo em relação aos valores dos anos anteriores à pandemia), agravando as dificuldades de financiamento das despesas públicas.

Gráfico II.5.8 • Despesas públicas | Em milhões de dobras



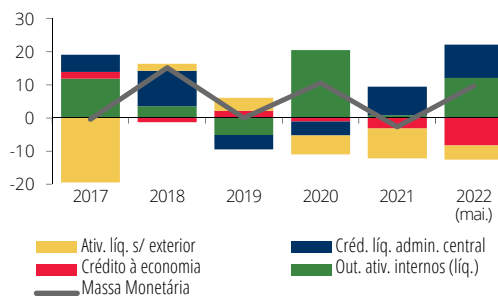
As despesas com pessoal aumentaram em 2021, devido à contratação de profissionais das áreas da saúde e da educação, em resultado das medidas de combate à pandemia.

Gráfico II.5.9 • Dívida pública externa | Em milhões de USD, em percentagem do PIB



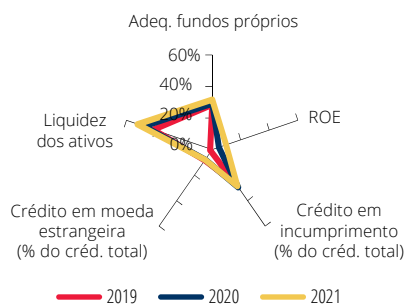
Na sequência dos compromissos assumidos pelas autoridades, tem havido um esforço para estabilizar o valor da dívida externa face ao PIB, não obstante o seu acréscimo em termos absolutos.

Gráfico II.5.10 • Fatores de variação da liquidez | Em percentagem do valor inicial da massa monetária



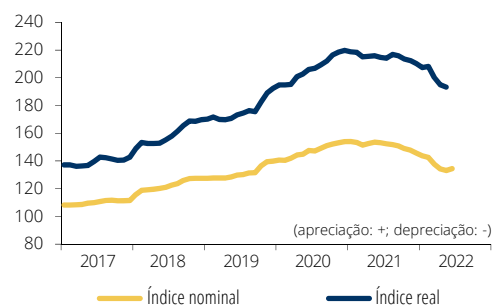
A massa monetária, que diminuiu em 2021, apresentou até maio de 2022 um crescimento elevado, induzido pelo crédito bancário ao governo. O crédito ao setor privado tem registado reduções sucessivas.

Gráfico II.5.11 • Indicadores de estabilidade financeira | Em percentagem



O setor bancário permanece frágil, embora em 2021 se tenham registado algumas melhorias em termos de rentabilidade e de contenção do crédito em incumprimento.

Gráfico II.5.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2010, médias mensais



A evolução cambial da moeda angolana é o principal determinante do comportamento do índice de taxa de câmbio efetiva da dobra, que desde meados de 2021 apresenta uma depreciação (quer em termos nominais, quer reais).

Quadro II.5.1 • Principais indicadores económicos

		2019	2020		2021		2022	
			Est.	Prog.	Est.	Prog. ^(a)	Est.	
Produto e preços								
PIB nominal	milhões de EUR	385	418	439	449	470	-	
PIB real	taxa de variação anual	2,2	3,0	2,1	1,9	1,4	-	
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	4178	4256	-	4412		-	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	7,7	9,4	10,1	9,5	16,7	14,9	mai.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	7,7	9,9	10,6	8,2	15,0	10,2	mai.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	22,0	26,1	34,7	19,7	29,7	-	
Donativos	% do PIB	6,4	10,5	16,9	5,1	14,3	-	
Despesas totais	% do PIB	22,1	27,4	35,4	22,8	31,2	-	
Saldo primário interno ^(b)	% do PIB	-1,8	-3,2	-3,7	-3,0	-2,9	-	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-0,1	-1,3	-0,6	-3,1	-1,5	-	
Dívida pública (inclui dívida garantida)	% do PIB	90,8	85,3	87,5	77,4	82,1	-	
Dívida pública externa	% do PIB	63,2	63,0	63,3	60,2	63,8	-	
Moeda e crédito								
Crédito líquido ao SPA	taxa de variação anual	-145,7	216,9	-144,5	-214,0	-30,1	211,5	mai. ^(c)
Crédito à economia	taxa de variação anual	0,03	-1,6	0,0	-5,0	2,7	-13,2	mai. ^(c)
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	-0,02	10,6	6,1	-2,7	6,0	9,7	mai. ^(c)
Estabilidade financeira								
Adequação dos fundos próprios ^(d)	%	28,5	29,2	-	31,6	-	35,6	mar.
Crédito com imparidade/crédito total	%	26,7	29,6	-	28,6	-	30,5	mar.
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	%	-1,4	4,8	-	9,8	-	3,4	mar.
Balança de pagamentos								
Balança comercial	% do PIB	-26,3	-21,5	-23,7	-25,3	-35,7	-	
Balança corrente	% do PIB	-15,6	-7,6	-11,6	-13,6	-13,4	-	
Reservas externas	meses de importações ^(e)	3,9	4,2	3,5	3,5	4,0	2,2	mai.
Taxas de câmbio								
EUR/Dobra	taxa média	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	24,5	jun.
USD/Dobra	taxa média	22,1	21,7	22,0	20,9	22,7	22,6	jun.
ITCE nominal ^(f)	taxa de variação anual	7,4	11,9	-	2,8	-	-7,7	jun. ^(c)
ITCE real ^(f)	taxa de variação anual	10,9	17,1	-	4,2	-	-8,1	mai. ^(c)

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal. | Notas: (a) Os valores referentes ao ano de 2022 correspondem às previsões acordadas entre as autoridades santomenses e o FMI (relatório ECF de junho de 2022); os valores das finanças públicas correspondem ao Orçamento de 2022; (b) O saldo primário interno corresponde ao saldo global (base compromissos) excluindo donativos, receitas petrolíferas, juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos; (c) Variação face a dezembro do ano anterior; (d) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (e) Importações de bens e serviços, programados em n-1 para o ano n; (f) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias; (apreciação: +; depreciação: -).



6 Timor-Leste

Área 14 954 Km²

Capital Dili

População 1321 milhares (2021; fonte: Nações Unidas)

Moeda Dólar norte-americano

A economia timorense defronta-se com importantes desafios estruturais, como sejam a elevada dependência do Estado e a redução da produção de gás e petróleo. Adicionalmente, nos últimos dois anos, registou-se um acréscimo das despesas públicas para mitigação das consequências da pandemia de COVID-19. Em 2021, os estímulos orçamentais provocaram uma subida das importações com impacto nas contas externas, colmatado pelo crescimento das receitas de gás e petróleo e pelos elevados retornos financeiros das aplicações no exterior do Fundo do Petróleo.

O tecido económico mantém um elevado nível de informalidade, com o setor agrícola (onde, com exceção da produção de café, predominam atividades de subsistência) a concentrar a maioria da população ativa (64% do total).

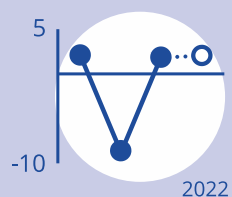
A economia tem uma elevada dependência da atividade do Estado, com as despesas públicas a representarem 81% do PIB em 2021, financiadas em mais de 70% por transferências do Fundo do Petróleo. As empresas de maior dimensão tendem a depender dos concursos públicos e das aquisições de bens e serviços por parte do Estado, situação particularmente desfavorável em ocasiões de bloqueio de serviços públicos, como as provocadas pelas medidas de contenção da pandemia ou pela aprovação tardia do orçamento.

A inflação recrudescceu desde o final de 2020, essencialmente devido aos aumentos dos preços dos bens importados (combustíveis e bens alimentares) e às dificuldades criadas à produção local pelos constrangimentos às deslocações, causadas pela pandemia e pela destruição de estruturas rodoviárias provocada pelas cheias de abril de 2021.

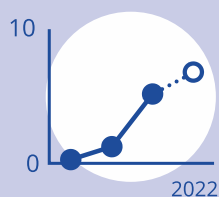
O setor bancário apresenta ainda uma dimensão muito reduzida, apesar de ter aumentado o nível de cobertura da população. O Fundo do Petróleo, gerido pelo banco central, registou em 2021 uma valorização dos seus ativos, mas registou perdas financeiras avultadas no primeiro semestre de 2022, devido ao comportamento dos mercados financeiros internacionais.

Os elevados níveis de inflação e de despesa pública constituem os principais fatores de risco para a economia timorense, nomeadamente no contexto atual em que a redução da produção de gás e petróleo e a volatilidade dos mercados financeiros afetam o comportamento do Fundo do Petróleo, principal fonte de financiamento dessas despesas.

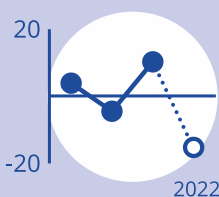
CRESCIMENTO ECONÓMICO
%



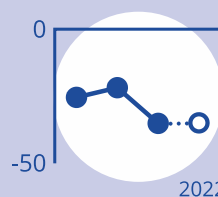
INFLAÇÃO
variação homóloga,
%



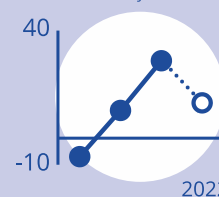
BALANÇA CORRENTE
% do PIB



SALDO ORÇAMENTAL
% do PIB



MASSA MONETÁRIA
variação %



A economia de Timor-Leste registou em 2021 um **crescimento** de 1,8%, recuperando parcialmente da forte contração registada em 2020 (8,6%). A manutenção das medidas restritivas tomadas no ano anterior, para conter a propagação da pandemia de COVID-19, teve um impacto negativo na atividade económica, pouco adaptada a situações de inibição das deslocações e a formas de trabalho remoto. Adicionalmente, as cheias de abril de 2021 deram origem à destruição de habitações e de infraestruturas e prejudicaram fortemente as culturas agrícolas.

As autoridades procuraram reduzir o impacto económico e social da pandemia e dos desastres naturais através de medidas de apoio às populações (subsídios, distribuição de alimentos, etc.), o que provocou um aumento substancial da despesa pública face ao ano anterior, com as despesas correntes a excederem o valor orçamentado para 2021. Esse aumento da despesa foi enquadrado através da constituição de um “Fundo COVID”, de forma a registar o valor e a natureza das despesas efetuadas, bem como pela implementação de um Plano de Recuperação Económica, aprovado no final de 2020, destinado a contribuir para a transformação estrutural da economia.

A **inflação**, que entre 2014 e o final de 2020 esteve consistentemente em valores abaixo de 2%, evidenciou a partir do início de 2021 uma trajetória de aceleração, induzida pela subida dos preços internacionais, nomeadamente dos combustíveis e bens alimentares. Esse aumento foi parcialmente contido pela variação negativa de preço do arroz em 2021 (o produto com maior peso no cabaz), decréscimo entretanto revertido durante o primeiro semestre de 2022. A inflação homóloga em Timor-Leste atingiu 5,3% em dezembro de 2021, tendo aumentado para 8,0% em junho deste ano, com os bens transacionáveis a destacarem-se como principal fator da aceleração.

As **contas externas** apresentaram uma evolução positiva em 2021. A subida marcada do preço do petróleo e do gás permitiu que a balança comercial apresentasse um excedente muito significativo (688 milhões de USD), apesar do substancial aumento das importações. Adicionalmente, as exportações de café retomaram o nível pré-pandemia (cerca de 25 milhões de USD), permanecendo os EUA e o Canadá como os principais mercados. Do lado das importações (que atingiram 800 milhões de USD), a Indonésia e a China também mantiveram a sua predominância como principais fornecedores externos.

À semelhança dos anos anteriores, a balança de serviços apresentou um défice pronunciado. Contudo o bom comportamento da balança comercial e o elevado montante dos rendimentos provenientes do exterior (essencialmente juros e outros rendimentos das aplicações do Fundo do Petróleo), permitiram que a balança corrente voltasse a registar um valor positivo (10,1% do PIB).

A gestão das **contas públicas** tem-se tornado progressivamente mais complexa, perante a necessidade de mitigar os efeitos da pandemia, que teve associado um agravamento de 34% nas despesas correntes em 2021. Destacou-se, em especial, o aumento da componente de transferências e subsídios, com um crescimento superior a 70%, constituindo mais de metade do total das despesas correntes. Já as despesas de investimento registaram o valor mais baixo dos últimos 15 anos, fruto da quase paralisação de serviços públicos. Dada a reduzida base tributária, o financiamento das despesas é essencialmente assegurado por transferências provenientes do Fundo do Petróleo, quer as de natureza regular, incluídas no orçamento e correspondendo ao denominado “rendimento sustentável estimado” do Fundo (576 milhões de USD em 2021), quer as extraordinárias, que carecem de autorização específica do Parlamento (572 milhões de USD no mesmo ano).

A manterem-se os padrões de despesa dos últimos dois anos e assumindo hipóteses credíveis quanto à evolução a médio prazo do preço e dos volumes de extração de gás e petróleo (bem como ao nível de retorno esperado das aplicações financeiras), as projeções do Ministério das Finanças timorense apontam para que o Fundo do Petróleo se esgote em 2031. Face a este cenário, o orçamento para 2023 terá como pressupostos a redução em cerca de um terço das despesas públicas e o alargamento e racionalização da base tributária.

O valor do **Fundo do Petróleo** ao longo de 2021 passou de 19,0 mil milhões para 19,7 mil milhões de USD (9,8 vezes o valor do PIB). Este crescimento deveu-se aos ganhos financeiros do Fundo que mais do que compensaram o elevado montante das transferências para o Tesouro. No entanto, a continuação destas transferências no primeiro semestre de 2022 e o comportamento desfavorável dos mercados financeiros provocaram uma queda significativa do valor do Fundo, para um total de 17,8 mil milhões de USD no final de junho.

A volatilidade dos mercados financeiros torna ainda mais premente o processo de consolidação das contas públicas. Adicionalmente, a possibilidade de no curto prazo se iniciar a exploração de uma nova jazida (*Greater Sunrise*), capaz de compensar o final iminente de produção do atual campo de *Bayu Undan*, enfrenta ainda dificuldades, não estando finalizado o acordo sobre a localização das instalações de refinação e processamento entre as autoridades timorenses e o consórcio que detém a concessão desta jazida.

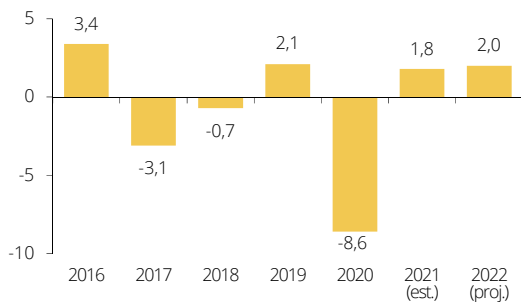
O crédito bancário registou um crescimento de 4,8% em 2021, tendo também aumentado no primeiro semestre de 2022 (5,9%). A expansão do crédito está muito condicionada pelas fortes limitações de natureza estrutural. Os recursos captados (depósitos) correspondem a mais de três vezes o volume do crédito concedido, sendo esse excesso de liquidez aplicado no exterior, nomeadamente junto das instituições sede dos bancos que operam em Timor-Leste.

Em 2021 essa liquidez foi particularmente alimentada pelo crescimento dos ativos líquidos sobre o exterior, nomeadamente os detidos pelo banco central, já que um volume muito apreciável das transferências do Fundo do Petróleo para o Tesouro não foi utilizado, pelo que o balanço do Banco Central de Timor-Leste cresceu significativamente. Ao longo de 2022, os depósitos do governo no sistema têm vindo a reduzir-se (pagamento de vencimentos dos funcionários, transferências e subsídios, pagamentos a fornecedores, etc.), enquanto as disponibilidades líquidas sobre o exterior praticamente não se alteraram.

O USD é a moeda oficial de Timor-Leste desde 2001, sendo a circulação de notas norte-americanas complementada, desde 2003, por moeda metálica nacional, emitida pelo banco central, que apresenta um valor fixo face à moeda americana. Desde meados de 2020 e até ao final de 2021, o valor cambial do USD apresentava uma estabilidade razoável face às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. No entanto, a instabilidade internacional e a subida das taxas de juro do USD nos últimos meses têm provocado alguma apreciação da moeda norte-americana e, por conseguinte, da taxa de câmbio efetiva de Timor-Leste. De realçar que em termos reais, o país não foi beneficiado pelo habitual diferencial de inflação face ao seu principal parceiro comercial, a Indonésia.

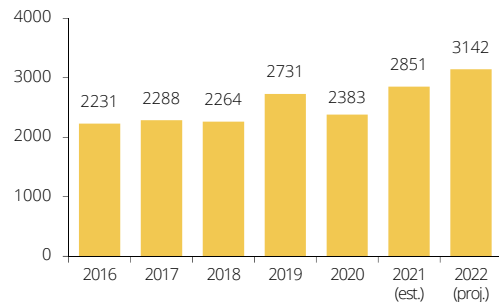
Os principais fatores de **risco** para a economia timorense estão relacionados com o prolongamento dos níveis elevados de inflação e de despesa pública. Estes efeitos são particularmente desafiantes no contexto atual, com a redução da produção de gás e petróleo e a volatilidade dos mercados financeiros a afetarem o comportamento do Fundo do Petróleo, principal fonte de financiamento dessa despesa.

Gráfico II.6.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em percentagem



A recuperação económica em 2021 foi débil, apesar do forte estímulo orçamental. As cheias de abril de 2021, que provocaram grande destruição em todo o país, contribuíram para esta evolução.

Gráfico II.6.2 • Rendimento Nacional | Em milhões de USD



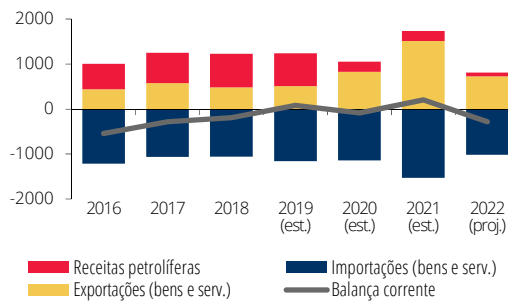
O rendimento nacional continua a ser amplamente superior ao produto, fruto essencialmente do rendimento do Fundo do Petróleo, bem como (em menor escala) das remessas de emigrantes e da ajuda dos parceiros internacionais.

Gráfico II.6.3 • Inflação | Variação anual do IPC, em percentagem



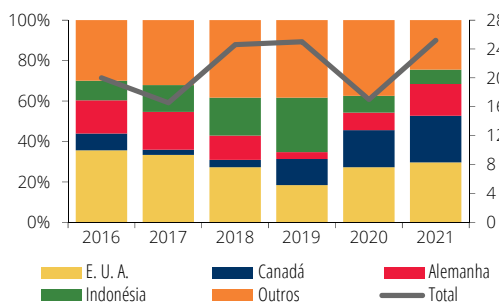
A partir de do final de 2020, a taxa de inflação em Timor-Leste inverteu a tendência de redução, sendo o aumento dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis o principal fator deste agravamento.

Gráfico II.6.4 • Balança corrente | Em milhões de USD



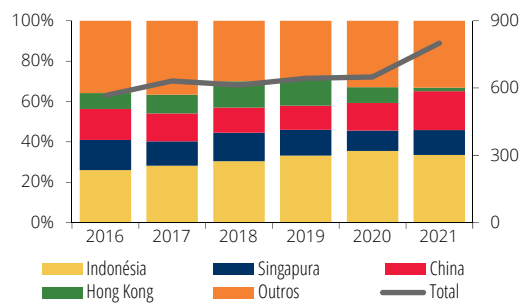
A balança corrente voltou a apresentar um excedente em 2021, beneficiando do elevado do valor das vendas de gás e petróleo (efeito preço), que mais do que compensou o aumento das importações.

Gráfico II.6.5 • Exportações não-petrolíferas | Destinos em percentagem, total em milhões de USD



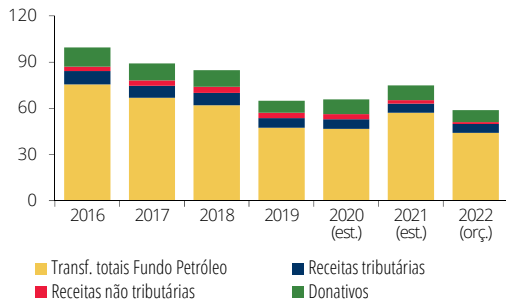
A recuperação nas exportações de café, o segundo bem de exportação de Timor-Leste, deveu-se tanto a um aumento em volume, como ao fator preço. O aumento das compras do Canadá nos últimos dois anos foi significativo.

Gráfico II.6.6 • Importações de bens | Origens em percentagem, total em milhões de USD



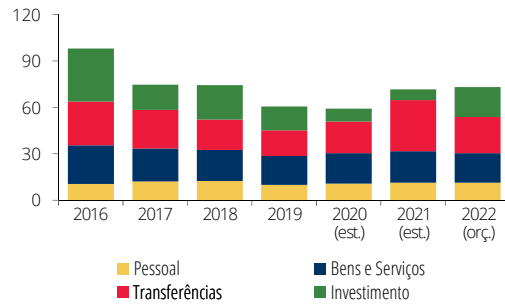
O valor das importações aumentou cerca de 25% de 2020 para 2021, fruto de aumentos substanciais nos preços, nomeadamente de combustíveis e bens alimentares.

Gráfico II.6.7 • Receitas públicas
| Em percentagem do PIB



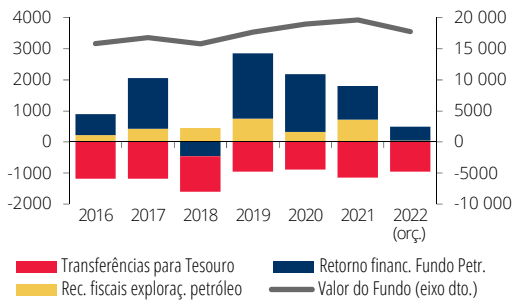
As transferências do Fundo do Petróleo constituem a principal componente das receitas públicas, correspondendo a mais de 50% do produto e de 70% das despesas públicas.

Gráfico II.6.8 • Despesas públicas
| Em percentagem do PIB



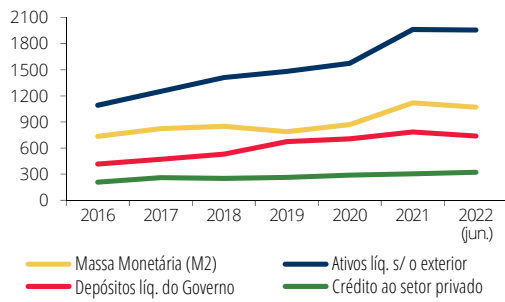
As transferências de natureza social (reforço da componente de proteção social no contexto do combate aos efeitos da pandemia) atingiram uma expressão muito elevada em 2021 (mais de 30% do PIB).

Gráfico II.6.9 • Fundo do Petróleo
| Em milhões de USD



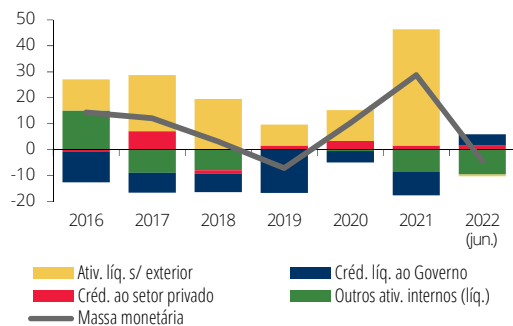
O acréscimo em 2021 do Fundo do Petróleo resultou da valorização dos seus ativos financeiros, apesar do elevado volume de transferências para o financiamento das despesas públicas.

Gráfico II.6.10 • Agregados monetários
| Em milhões de USD



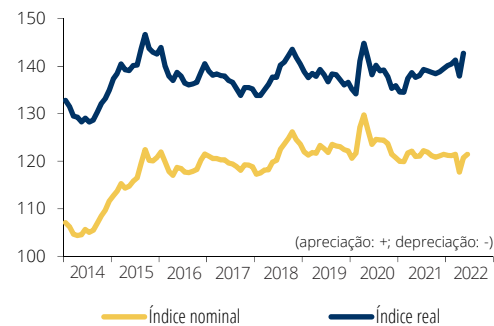
A massa monetária manteve uma trajetória de expansão moderada, alimentada sobretudo pelo crescimento dos ativos face ao exterior (apesar do aumento dos depósitos do Tesouro). O crédito bancário manteve uma expressão reduzida.

Gráfico II.6.11 • Fatores de variação da liquidez
| Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária



O crescimento dos ativos líquidos sobre o exterior constituiu o principal fator de crescimento da massa monetária em 2021, graças às receitas do petróleo. Até junho de 2022, a massa monetária registou uma ligeira redução, com a estabilização do valor dos ativos externos.

Gráfico II.6.12 • Taxas de câmbio efetivas
| Índices base 100: 2010, médias mensais



A valorização do USD em 2022 provocou uma apreciação da taxa de câmbio efetiva, particularmente em termos reais, dada a subida do diferencial de inflação de Timor-Leste, provocando uma perda da competitividade externa.

Quadro II.6.1 • Principais indicadores económicos

		2019	2020		2021		2022	
			Est.	Proj.	Est.	Proj.	Est.	
Produto, rendimento e preços								
PIB nominal	milhões de USD	2048	1902	1500	2009	2173	-	
PIB real	taxa de variação anual	2,1	-8,6	2,0	1,8	2,0	-	
Produto <i>per capita</i>	USD, em PPP ^(a)	3780	4174	-	4053	-	-	
Rendimento Nacional	milhões de USD	2731	2383	1754	2851	3142	-	
Inflação (IPC)	taxa variação homóloga	0,3	1,2	1,2	5,3	7,0	8,0	jun.
Inflação (IPC)	taxa de variação média	0,9	0,5	0,5	3,8	7,0	5,5	jun.
Finanças públicas								
Receitas totais	% do PIB	43,5	47,8	63,7	46,3	40,2	-	
Receitas tributárias	% do PIB	6,3	6,3	5,6	5,9	5,6	-	
Receitas não tributárias	% do PIB	3,4	3,3	1,3	2,1	1,3	-	
Transferências regulares do Fundo do Petróleo	% do PIB	25,8	28,6	25,5	28,7	25,5	-	
Donativos para projetos	% do PIB	7,9	9,7	7,7	9,7	7,7	-	
Despesas totais	% do PIB	68,6	69,3	80,9	81,4	80,9	-	
Despesas correntes	% do PIB	45,3	51,3	53,9	64,8	53,9	-	
Despesas de investimento	% do PIB	15,4	8,4	19,3	7,0	19,3	-	
Saldo global	% do PIB	-25,1	-21,5	-40,8	-35,1	-40,8	-	
Receitas petrolíferas ^(b)	% do PIB	139,5	114,9	22,6	89,9	22,6	-	
Fundo do Petróleo	mil milhões de USD	17,7	19,0	17,8	19,7	17,8	17,8	jun.
Fundo do Petróleo	% do PIB	864	998	821	978	821	821	jun.
Dívida pública externa	% do PIB	9,4	11,4	12,8	11,3	12,8	-	
Moeda e crédito								
Ativos externos líquidos ^(c)	taxa de variação anual	4,8	6,3	-	24,7	-	-0,4	jun. ^(d)
Crédito à economia	taxa de variação anual	5,5	10,1	-	4,6	-	6,0	jun. ^(d)
Depósitos da administração central (líq.)	taxa de variação anual	26,5	5,1	-	11,1	-	-6,1	jun. ^(d)
Massa monetária (M2)	taxa de variação anual	-7,1	10,2	-	28,7	-	-4,4	jun. ^(d)
Crédito/depósitos	%	34,3	34,3	-	27,8	-	30,9	jun.
Crédito com imparidade/crédito total	%	6,2	3,4	-	2,5	-	2,5	mar.
Balança de pagamentos								
Balança corrente	% do PIB	3,9	-4,5	-	10,1	-15,3	-	
Balança corrente e de capital	% do PIB	5,2	-3,8	-	10,7	-14,1	-	
Reservas externas ^(e)	meses de importações ^(f)	6,7	6,8	-	7,2	-	10,8	jun.
Ativos externos líquidos públicos ^(e)	meses de importações ^(f)	212	207	-	161	-	221,8	jun.
Taxas de câmbio								
USD/IDR (Indonésia)	taxa média anual	14 118	14 568	-	14 304	-	14 449	jun.
USD/AUD (Austrália)	taxa média anual	1,44	1,45	-	1,33	-	1,39	jun.
ITCE nominal ^(g)	taxa de variação anual	0,9	1,3	-	-2,3	-	0,0	jun. ^(d)
ITCE real ^(g)	taxa de variação anual	-0,6	0,5	-	-0,5	-	2,3	mai. ^(d)

Fontes: Banco Central e Ministério das Finanças de Timor-Leste, FMI, Banco Mundial, Banco Asiático de Desenvolvimento e cálculos do Banco de Portugal.

| Notas: (a) Paridade do poder de compra; (b) As receitas petrolíferas correspondem às receitas fiscais decorrentes da exploração do petróleo e do gás mais o retorno financeiro do Fundo do Petróleo; (c) O valor dos ativos externos não inclui os ativos do Fundo do Petróleo, que são geridos pelo banco central mas não fazem parte do seu balanço; (d) Variação face a dezembro do ano anterior; (e) Os ativos externos líquidos públicos correspondem ao somatório do valor das reservas externas do banco central com o valor dos ativos do Fundo do Petróleo; (f) Importações de bens e serviços; (g) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) apurado com base nas taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais, com ponderadores variáveis de comércio internacional, considerando exportações e importações de mercadorias; (apreciação: +; depreciação: -).

III Relações económicas e financeiras

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

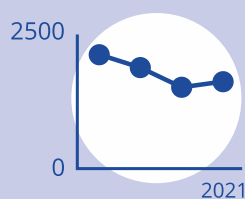
As trocas comerciais com os PALOP e Timor-Leste reduziram o seu peso no total para Portugal em 2021. Observou-se uma redução do peso das exportações portuguesas de bens dirigidos aqueles mercados, para 2,5% do total das exportações de Portugal em 2021, ainda que tenham crescido 7% face a 2020. As importações dos PALOP e Timor-Leste mantiveram a trajetória descendente anterior, reduzindo-se em 70% e passando a representar apenas 0,2% das importações portuguesas em 2021.

O investimento direto português neste conjunto de países registou um valor líquido negativo em 2021, refletindo o desinvestimento no setor da construção, nomeadamente nos fluxos dirigidos a Angola. O investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal decresceu em 2021, permanecendo, todavia, em terreno positivo, com destaque para a diminuição no setor dos serviços.

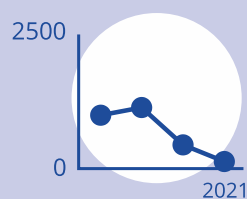
Em 2021, a dívida oficial dos PALOP a Portugal manteve a tendência descendente que se observa desde 2019; o movimento foi transversal.

À semelhança dos anos mais recentes, de entre os países em análise, Angola permanece, face a Portugal, como o maior mercado de destino de exportações e de origem de importações de bens. Foi ainda o principal investidor direto estrangeiro e o país que detinha a maior dívida oficial, influenciando assim o comportamento agregado dos fluxos comerciais e financeiros analisados.

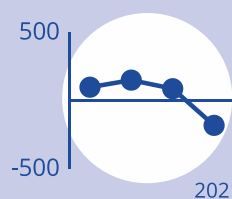
EXPORTAÇÕES PARA OS PALOP E TIMOR-LESTE
milhões de EUR



IMPORTAÇÕES DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE
milhões de EUR



INVESTIMENTO DIRETO NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE
milhões de EUR



DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL
milhões de EUR

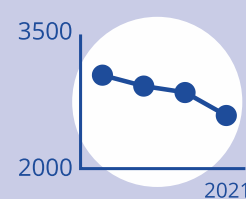
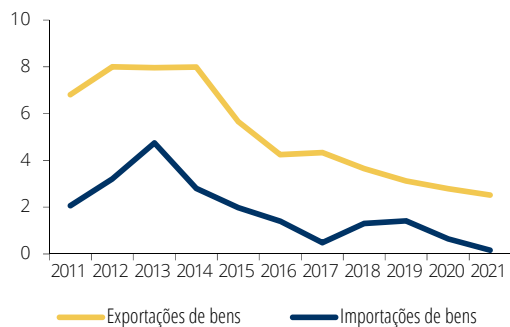
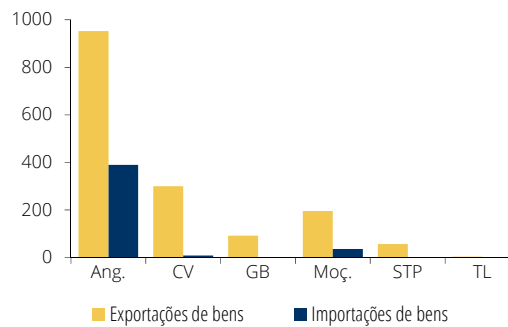


Gráfico III.1.1 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste
| Em percentagem do total



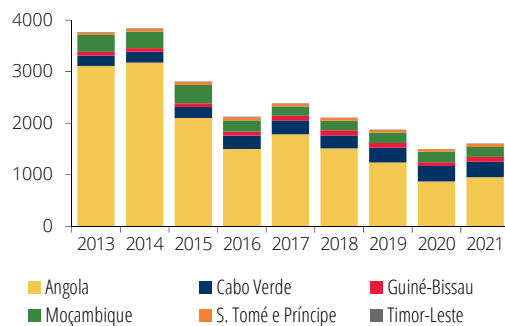
Em 2021, manteve-se a tendência descendente dos pesos das exportações e importações de Portugal para e dos PALOP e Timor-Leste, observando-se uma queda mais acentuada nas importações.

Gráfico III.1.2 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, 2021
| Em milhões de EUR



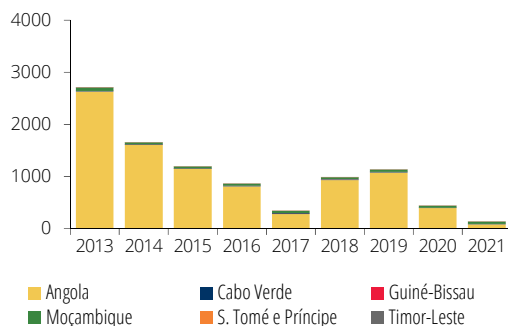
De entre os países em foco, Angola permaneceu em 2021 como principal destino e origem das trocas comerciais de Portugal, com 59% das exportações e 61% das importações, seguida por Cabo Verde e Moçambique.

Gráfico III.1.3 • Exportações portuguesas de bens para os PALOP e Timor-Leste, por destinos
| Em milhões de EUR



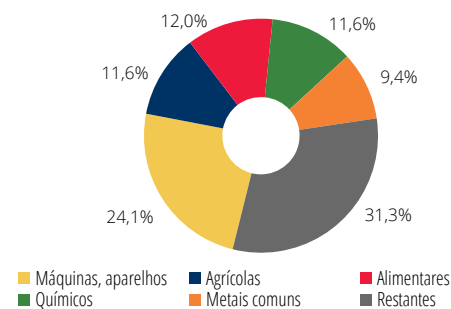
Assinala-se uma ligeira recuperação das exportações de bens em 2021, influenciada pela reversão da tendência descendente das exportações para Angola, país que permaneceu como principal mercado das exportações portuguesas.

Gráfico III.1.4 • Importações portuguesas de bens dos PALOP e de Timor-Leste, por origem
| Em milhões de EUR



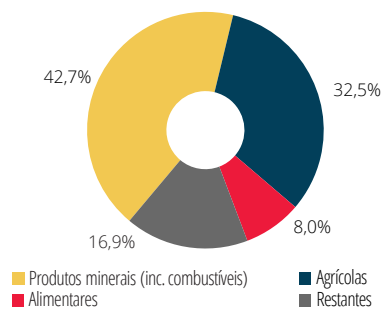
A queda das importações portuguesas de bens dos PALOP e Timor-Leste, em 2020 e 2021, resultou da redução das importações de combustíveis angolanos. Em 2021, 56% do total as importações de bens oriundas destes países eram provenientes de Angola.

Gráfico III.1.5 • Exportações portuguesas de bens para os PALOP e Timor-Leste, 2021
| Por grupos de produtos



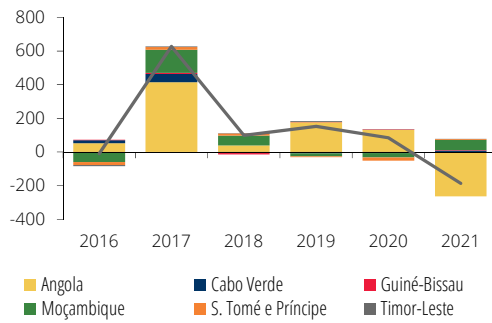
Tal como acontece há mais de uma década, mantiveram-se em 2021 os cinco grupos mais relevantes de produtos exportados por Portugal para os PALOP e Timor-Leste, com uma representação de perto de 70% do total.

Gráfico III.1.6 • Importações portuguesas de bens dos PALOP e de Timor-Leste, 2021
| Por grupos de produtos



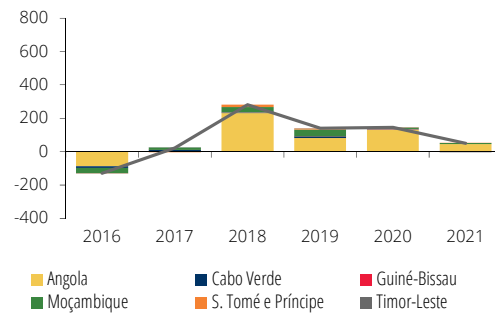
Permaneceu estável a estrutura setorial das importações portuguesas destes países, liderada pelos combustíveis angolanos e seguidas, em segundo plano, pelos bens agrícolas e alimentares moçambicanos.

Gráfico III.1.7 • Investimento direto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste | Total e por país, em milhões de EUR



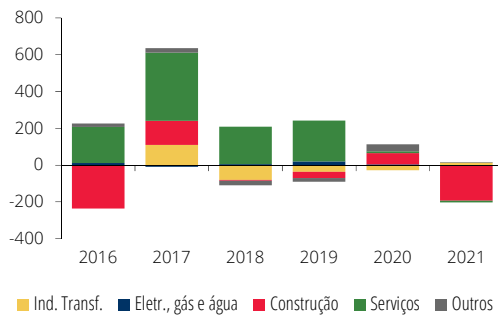
Portugal registou um desinvestimento direto no conjunto dos PALOP e Timor-Leste em 2021, que ocorreu em Angola.

Gráfico III.1.8 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Total e por país, em milhões de EUR



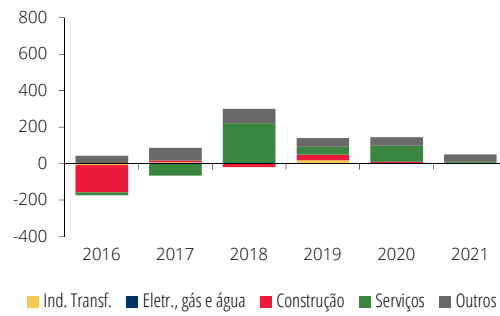
Reduziu-se em 2021 o nível de investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal, continuando a destacar-se os fluxos oriundos de Angola.

Gráfico III.1.9 • Investimento direto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste | Por setor de atividade económica, em milhões de EUR



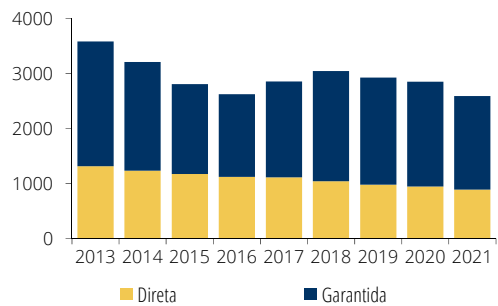
Em 2021, o desinvestimento direto de Portugal nos PALOP e Timor-Leste deveu-se essencialmente à evolução dos fluxos de capitais dirigidos ao setor da construção.

Gráfico III.1.10 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Por setor de atividade económica, em milhões de EUR



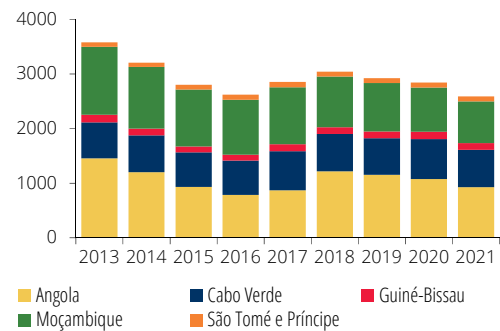
Em 2021, o investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal caiu para cerca de 1/3 dos valores registados no ano anterior, uma evolução explicada sobretudo pela inexistência de investimento nos serviços.

Gráfico III.1.11 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Em milhões de USD



A dívida oficial dos PALOP a Portugal em 2021 permaneceu numa trajetória descendente, já desde 2019, conjugando reduções da dívida garantida pelo Estado português e da dívida direta.

Gráfico III.1.12 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Por país, em milhões de USD



A redução da dívida oficial dos PALOP a Portugal em 2021 foi transversal, observando-se um maior decréscimo relativo da dívida de Angola.

Quadro III.1.1 • Principais indicadores (ótica de Portugal) | Em milhões de EUR

	2017	2018	2019	2020	2021
Comércio com os PALOP e Timor-Leste					
Exportações de bens	2386,8	2111,9	1870,7	1498,0	1601,0
Angola	1786,2	1512,8	1238,8	870,3	952,3
Cabo Verde	266,8	254,1	284,3	301,0	300,6
Guiné-Bissau	91,2	94,9	91,3	73,3	92,1
Moçambique	180,4	185,8	203,2	199,8	195,4
São Tomé e Príncipe	56,3	59,7	48,8	50,3	56,7
Timor-Leste	5,9	4,6	4,3	3,2	3,8
Importações de bens	336,3	985,0	1130,4	436,7	132,2
Angola	278,9	928,6	1075,5	389,4	80,6
Cabo Verde	14,9	14,3	12,2	8,1	8,4
Guiné-Bissau	0,3	0,6	0,8	1,9	0,2
Moçambique	41,4	40,2	40,7	35,8	40,5
São Tomé e Príncipe	0,4	0,6	0,3	1,2	2,6
Timor-Leste	0,5	0,7	1,0	0,4	0,0
Exportações de bens (% do total de Portugal)	4,3	3,7	3,1	2,8	2,5
Importações de bens (% do total de Portugal)	0,5	1,3	1,4	0,6	0,2
Balanças bilaterais com os PALOP e Timor-Leste					
Balança de bens	2060,1	1201,8	823,5	1087,7	1488,3
Balança corrente	4663,2	3279,1	3153,2	2501,5	2732,5
Balança de capitais	-1,1	-0,6	0,1	-0,3	-4,2
Investimento direto estrangeiro					
De Portugal nos PALOP e em Timor-Leste	627,0	98,9	152,5	84,4	-185,6
Dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal	21,2	281,3	140,6	145,1	49,6
Dívida oficial dos PALOP a Portugal					
Total	2853,2	3042,8	2922,6	2845,9	2588,9
Angola	868,8	1218,0	1154,8	1077,7	925,5
Cabo Verde	717,8	683,8	669,5	731,5	685,3
Guiné-Bissau	127,4	123,3	122,5	135,4	126,4
Moçambique	1044,2	926,6	886,7	807,9	761,8
São Tomé e Príncipe	95,0	91,1	89,0	93,5	89,6

Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal, Banco de Portugal e Ministério das Finanças – GPEARL.

